

Monografia de Ricardo

TCC/UNICAMP

T758e

3387/IE

SIDADE ESTADUAL I
Instituto de Econom



CEDOC/IE

**EMPRESAS EXPORTADORAS E NÃO-EXPORTADORAS: A
GERAÇÃO DE EMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL**

Cassiano José Bezerra Marques Trovão

RA: 031766

700702703

Monografia orientada pelo Professor
Claudio Salvadori Dedecca e
apresentada ao Instituto de Economia
da UNICAMP.

Dedecca, Claudio Salvadori

CEDOC/IE

Campinas, dezembro de 2007.

Dedicatória

**À Doralice e
Dulce, minha vida.**

Agradecimentos

Primeiramente a Deus e a toda minha família, avós, mãe, pai, tios e irmãos que sempre me apoiaram em todos os momentos da minha vida, fossem eles bons ou difíceis.

Especialmente a duas mulheres, essenciais para que este trabalho se realizasse, minha avó e minha mãe, pessoas de fibra e de virtudes incomensuráveis que merecem todo o meu carinho e minha adoração. Sem estas verdadeiras amigas, ambas formando um verdadeiro porto seguro, não sei se minha vida seria repleta de glórias.

Ao meu orientador Claudio Salvadori Dedecca, grande pessoa e professor que me orientou com sabedoria e dedicação. Concedeu-me a oportunidade de ter contato com o ensino e a pesquisa, oferecendo-me meu primeiro emprego e proporcionando-me grandes momentos ao lado de grandes pessoas.

Aos amigos de faculdade que, com certeza, serão os amigos que levarei para a vida toda com muito carinho. Esses presenciaram grandes conquistas em minha vida e me deram apoio nos momentos difíceis por que passei.

Introdução.....	5
Capítulo 1 – A evolução da dinâmica econômica e do crescimento comercial nos primeiros anos do Governo Lula.....	8
Capítulo 2 – A evolução do emprego formal entre empresas exportadoras e não-exportadoras, sob as óticas regional e setorial	22
Capítulo 3 – A questão do tamanho do estabelecimento e a geração de emprego formal nos setores de atividade da economia	39
Conclusão	53
Bibliografia.....	56

Introdução

Os primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva foram marcados por elevados superávits comerciais, em que se observou expressivo aumento das exportações, em um contexto externo extremamente favorável. Deve-se ter em mente que, além do movimento de valorização dos preços das *commodities*, o crescimento mundial também mostrou-se relevante para o crescimento das exportações brasileiras. Nesse sentido, não só os produtos primários mas, também, os produtos manufaturados e industrializados compuseram, de forma significativa, a pauta de exportações brasileiras.

O objetivo deste estudo é analisar o crescimento do emprego e seu perfil, estabelecendo uma comparação entre empresas exportadoras e não exportadoras, para alguns setores de atividade, nos anos de 2002 e 2005. Para isso foram analisadas algumas variáveis como: crescimento do número de trabalhadores, da renda média real e de alguns indicadores referentes ao perfil do emprego.

Buscou-se entender, por meio de uma análise comparativa entre empresas exportadoras e não-exportadoras, se as empresas que se encontram em situação mais favorável ao comércio externo, isto é, aquelas que conseguem manter alguma ligação com o mercado internacional, são capazes de promover alterações de caráter positivo no que tange ao perfil do emprego gerado. O estudo tem, por hipótese, que o crescimento do número de trabalhadores não está necessariamente associado a mudanças positivas no perfil do emprego.

Alguns pontos mostram-se importantes para a análise do período, que compreende os anos de 2002 a 2005. O primeiro refere-se à verificação das diferenças entre empresas exportadoras e não-exportadoras quanto a variações na remuneração média real dos trabalhadores. O segundo diz respeito ao caráter dessas diferenças, em que se deve observar de que forma elas se apresentam, se são diferenças regionais e/ou se apresentam diferenças quanto ao tamanho de empresa.

Ademais, outro ponto relevante refere-se aos fatores que levam a essa diferenciação. As possíveis divergências podem ocorrer no âmbito das remunerações, portanto deve-se ter em mente quais são os motivos que fazem com que a dinâmica dos pagamentos de salários se altere. Estes motivos podem estar ligados ao tamanho do estabelecimento ou à questão das disparidades regionais.

No que se refere às alterações no perfil do emprego, alguns indicadores foram analisados a fim de que se observassem as possíveis diferenças entre empresas exportadoras e não-exportadoras. Além da remuneração média real, a variação da participação dos

trabalhadores com ensino médio completo mostra-se como um importante indicador dessas alterações. Acredita-se que, se a participação desses trabalhadores aumenta, há indícios para se afirmar que mudanças favoráveis no perfil do emprego ocorrem.

O crescimento do número de pessoas com baixa qualificação profissional indica que há mudanças negativas no que se refere à qualidade do emprego. Neste estudo criou-se uma classe para que estes trabalhadores fossem representados; esta engloba os empregados analfabetos e os com ensino fundamental completo e incompleto, dada a declaração na base de dados da RAIS¹.

A partir de um período histórico de relevante participação do comércio exportador nacional, ocasionado em grande medida pela exacerbada desvalorização do câmbio de 2002 e pelo elevado nível de crescimento mundial, a hipótese desse estudo está vinculada ao papel dessas empresas na dinâmica do mercado de trabalho formal. Nesse ponto, o que se coloca é se realmente o papel relevante do setor exportador brasileiro teve influência sobre a mudança na dinâmica desse mercado.

A idéia central é que, realmente, o aumento do comércio exterior impulsionou o crescimento do emprego e, em grande medida, este se mostrou superior para as empresas exportadoras em detrimento das não-exportadoras. No entanto, o que se buscou mostrar é que o crescimento do número de empregados não está necessariamente ligado a alterações positivas no perfil do emprego.

De acordo com Fernanda De Negri (2006)², a ampliação da participação do comércio exterior no Produto Interno Bruto (PIB) do país, após a abertura comercial dos anos 90, foi de suma importância nas mudanças da estrutura do mercado de trabalho, tanto na questão da geração do emprego, como na da qualidade desse emprego gerado.

Dado que o comércio externo brasileiro obteve expressivos resultados, aumento do volume exportado tanto em “quantum” quanto em valor, nos anos que compreendem o primeiro Governo Lula, entende-se que o papel das empresas exportadoras na geração do emprego e na modificação do formato do mercado de trabalho é importante, mas devem-se verificar quais são as condições estruturais³ dessas mudanças. Vale destacar que o crescimento

¹ A Relação Anual de Informações Sindicais, RAIS, é uma base de dados elaborada pelo Ministério do Trabalho e Emprego que contém informações sobre os trabalhadores formais.

² Ver capítulo 1 em NEGRI, D. F.; NEGRI, J. A. D.; COELHO, D. ; TURCHI, L. . Tecnologia, Exportação e Emprego, Brasília 2006.

³ Entende-se por condições estruturais a qualidade do emprego gerado, sua remuneração e seu tempo de vínculo com a empresa.

das exportações não é suficiente para indicar uma melhora na questão do emprego, isto é, de sua qualidade.

A análise empírica para o período escolhido tomou por base dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). A distinção entre as empresas exportadoras e não-exportadoras foi feita através do cruzamento da base de dados da SECEX, considerando aquelas que exportaram entre 2002 e 2005, e a base da RAIS.

Também merece destaque que o presente estudo não mede o impacto total do aumento das exportações no mercado de trabalho, visto que apenas analisa o trabalho formal direto. O foco do estudo é o emprego formal, pois reflete a melhor possibilidade de inserção do indivíduo e de suas relações institucionais no mercado de trabalho. Em função disso a eventual geração de emprego não-formal foi considerada.

O presente estudo está dividido em quatro partes, além desta introdução. O primeiro Capítulo dedica-se a mostrar um panorama histórico da transição econômica que culminou com a ascensão de Lula, em 2003, e do seu primeiro mandato, pois este é de suma importância na situação política e econômica brasileira, principalmente no que tange ao comércio exportador. Ademais, analisa as exportações como um todo bem como seu crescimento médio para o período estudado, dando enfoque para a questão regional, a do tamanho de empresa e quanto aos principais produtos da pauta de exportação no período.

O segundo Capítulo pretende focar a geração do emprego, bem como as alterações no perfil do emprego gerado, por meio dos indicadores apresentados anteriormente. É importante frisar que esse capítulo analisa toda a dinâmica do mercado formal sob o recorte regional e setorial, indicando em quais setores e em quais regiões esta se verifica mais favorável aos trabalhadores, indicando as diferenças entre empresas exportadoras e não-exportadoras.

O terceiro Capítulo seguiu os passos do Capítulo anterior, porém sob o enfoque do tamanho de estabelecimento; indica qual tamanho de empresa mostra-se mais favorável ao mercado de trabalho formal. Dividiu-se o tamanho das empresas em micro, pequena, média e grande empresas para entender qual a dinâmica que está por trás das modificações no emprego formal, tanto em volume quanto em sua qualidade.

Por fim, a conclusão promove uma amarração entre as questões aqui apresentadas e retoma alguns pontos importantes do texto, cujo objetivo é entender o movimento da situação empregatícia dos trabalhadores brasileiros.

Capítulo 1 – A evolução da dinâmica econômica e do crescimento comercial nos primeiros anos do Governo Lula.

O objetivo deste Capítulo é fornecer ao leitor a idéia de como se desenrolaram algumas variáveis econômicas e políticas do primeiro Governo Lula, de 2003 a 2006. A idéia é contextualizar o período de ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva e de seu desempenho sob o poder da batuta das políticas econômicas.

A posse do atual Presidente teve alguns significados importantes, um deles foi a ascensão da chamada “esquerda” ao poder, através do Partido dos Trabalhadores – PT⁴. Outro, eram as expectativas de que o Governo Lula seria uma ruptura com o Governo que se encerrava em 2002.

A questão da mudança, da ruptura com os preceitos econômicos que advinham do período anterior, indicava ao mercado que haveria uma possível alteração nos compromissos vigentes. Ele acreditava que tais preceitos centravam-se nas figuras de Fernando Henrique Cardoso e de seu Ministro da Fazenda Pedro Malan. Esses preceitos estavam vinculados às políticas de estabilidade e austeridade iniciadas com a implementação do Plano Real.

O Partido dos Trabalhadores, ao longo de sua história, possuiu um caráter heterodoxo cujas diretrizes pautavam-se, primordialmente, pela renegociação da dívida externa e na limitação da disponibilidade de recursos para o pagamento de dívidas. O escopo deste pensamento, às vésperas de uma eleição, trazia insegurança para o cenário econômico e político, principalmente para os investidores internacionais.

O discurso do Partido foi se alterando durante o período eleitoral. A figura de Antonio Palocci, filiado às correntes moderadas do Partido, como Coordenador do Programa de Governo, indicava que o próprio Partido havia mudado de postura com relação à ruptura. A prova dessa mudança foi que o PT comprometeu-se a preservar as políticas de “superávit” primário, apresentando um programa mais moderado que os anteriores, incluindo a manutenção dos acordos negociados por FHC com o Fundo Monetário Internacional⁵.

As primeiras medidas de política econômica do Governo foram reconquistar a confiança do mercado financeiro, não deixar dúvidas a respeito da trajetória futura da dívida pública e controlar a inflação e as tensões macroeconômicas que se verificavam no final de 2002.

⁴ A palavra “esquerda” encontra-se entre aspas pois sabe-se que houve mudanças significativas no pensamento do Partido dos Trabalhadores que tomou direções de centralização.

⁵ Sobre o assunto, ver Giambiagi F. “Rompendo com a Ruptura: O Governo Lula (2003-2004)” in Castro L. B. de e Hermann J. “Economia Brasileira Contemporânea”, Editora Campos.

A título de exemplificação, essas medidas foram: nomeação de Henrique Meirelles, ex-presidente Mundial do Bank Boston, para Presidente do Banco Central, dando sinal de continuidade; anúncio de metas de inflação sobre o preceito da política antiinflacionária; elevação da taxa de juros básica (SELIC); definição de um arrocho nas metas de “superávit” primário, passando de 3,75% para 4,25% do PIB; previsão de cortes nos gastos públicos para encaixar-se no objetivo de ajuste fiscal.

O final do ano de 2002 foi marcado, como já mencionado, por uma crise de confiança a respeito do futuro das políticas econômicas. Esse movimento tornou-se claro a partir da observação de alguns indicadores de confiança externa, como aumento do risco país, elevação cavalara da taxa de câmbio e de uma expectativa de inflação elevada para os próximos anos.

Pari passu às medidas restritivas e contracionistas de política monetária e fiscal foram enviadas ao Congresso Nacional propostas de Reforma Tributária e da Previdência Social.

A primeira tinha por objetivo aumentar a margem de manobra das autoridades sobre os recursos (prorrogação da DRU); uniformização da legislação do ICMS (evitar evasões); renovar a CPMF (evitar queda da receita) e transformar a COFINS em uma tributação sobre o valor adicionado (substituir a taxa em cascata).

A segunda concentrou-se no regime dos servidores públicos por meio da: taxaço dos inativos referentemente à contribuição previdenciária com a mesma alíquota dos ativos, ressaltando-se um limite mínimo de isenção; alteração da idade mínima para aposentadoria integral para 60 (sessenta) anos de idade para homens e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade para as mulheres. Essas propostas foram muito bem recebidas pelo mercado.

A respeito do desempenho da economia nos primeiros anos de Governo pode-se notar que o resultado primário ficou acima das metas e a inflação, devido à rígida política monetária e do comportamento descendente da taxa de câmbio, apresentou-se, também, acima das metas.

A balança comercial apresentou resultados notáveis, propiciando a melhora substancial de vários indicadores externos como, por exemplo, a dívida externa líquida sobre exportações que em 2004 caiu para o menor nível desde meados dos anos 70.

Este movimento positivo da balança comercial, no período do primeiro Governo Lula, desperta curiosidade no que tange a como isto trará benefícios para a sociedade em termos de emprego e renda, sendo que esta questão central é o foco deste trabalho. Cabe neste

ponto aprofundar algumas questões de relevância para entender o desempenho do Governo nos primeiros anos de mandato.

O cenário mundial desfavorável que marcou o fim do segundo Governo FHC foi alterado por um contexto extremamente favorável, tanto no âmbito financeiro quanto no comercial. Esta alteração marcou a inserção externa do primeiro Governo Lula⁶.

Para Prates, o ambiente externo favorável, no período, constituiu um determinante fundamental da inserção externa brasileira, não significando que as políticas econômicas tiveram papel irrelevante.

A inserção externa sofreu alterações que, em suma, podem ser caracterizadas pelos resultados positivos em transações correntes e na balança comercial. As boas condições de liquidez internacional proporcionaram em 2004 a quitação do compromisso com o FMI, aliviando a tão perturbadora restrição externa.

Os indicadores externos favoráveis, tanto financeiros como comerciais, guardaram relações com o Governo passado, principalmente no que tange à adoção do câmbio flutuante 98/99, o acordo com o FMI, a maxidesvalorização de 2002 e o aprofundamento da abertura financeira.

Prates afirma que a inserção financeira no Governo Lula esteve condicionada principalmente a três fatores: um “novo ciclo de liquidez internacional para os países periféricos; o regime de câmbio flutuante e a gestão da política cambial no período; e o aprofundamento da abertura financeira”.

Algumas medidas tomadas pelo Governo Lula podem ser destacadas como uma ampliação da liberalização financeira, tais quais: a unificação dos mercados de câmbio livre e flutuante e a extinção da Conta de Não-Residentes (CC5), que significou uma liberalização adicional, eliminando os limites das remessas de dólares ao exterior; a cobertura cambial às exportações foi flexibilizada, ampliando os prazos de retenção de dólares no exterior pelos exportadores.

As medidas adotadas pelo Governo, somadas à alta liquidez internacional, provocaram alterações em sua conta financeira. Houve um crescimento de fluxos de IED após 2004 que estão inseridos no contexto de ampliação de investimentos nos países periféricos.

O comportamento de tais fluxos teve reflexos sobre as dívidas e obrigações externas da economia brasileira. Os investimentos diretos externos e de portfólio produziram

⁶ Sobre o assunto, ver Prates D. M. “A inserção externa da Economia Brasileira no Governo Lula”, Política Econômica em Foco n.º 7, Seção IV – nov.2005/abr.2006.

um aumento de ativos financeiros e produtivos nas mãos dos não-residentes no Brasil, fato este que se agravou com a apreciação cambial.

O que caracteriza marcadamente a inserção comercial brasileira no exterior, nos primeiros anos do Governo Lula, é o saldo superavitário da balança comercial, que proporcionou resultados satisfatórios em transações correntes. O saldo comercial, após o Plano Real, vinha apresentando sinais negativos, isto se deu pelo fato de que a política do plano primava pelo regime de câmbio valorizado como forma de estabilização inflacionária. Esse movimento gerou inúmeros desequilíbrios comerciais que seriam controlados pela entrada de capital externo, cuja atração se dava por meio de elevadas taxas de juros.

Após a flexibilização cambial em 1999, em resposta à insustentabilidade da manutenção de uma taxa sobrevalorizada do câmbio, a balança comercial sofreu mudanças não muito significativas. No entanto, em resposta a esse movimento e ao fato de haver internamente uma demanda desaquecida, os primeiros anos do Governo Lula receberam um “empurrão comercial” advindo da desvalorização cambial nos anos anteriores.

A desvalorização cambial não se sustentou nos patamares elevados do período de forte pressão sobre o câmbio, em meio à crise política de confiança que se abateu no período eleitoral. Mas, seu movimento de valorização não surtiu tanto efeito sobre a balança comercial que continuou aumentando seu saldo positivo, tanto em *quantum* como em valor.

Nesse sentido, a questão que se coloca diz respeito às causas desse crescimento exportador, que não mais se sustentava em patamares elevados e passava a sofrer pressões para sua valorização. Alguns estudiosos encontraram razões externas para justificar o crescimento das exportações, como o aumento dos preços das *commodities*.

Prates aponta como uma das causas dessa contínua expansão das exportações o chamado “choque externo benigno”, cujos componentes são a alta dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil e a expansão real do comércio internacional, que está vinculada ao crescimento econômico norte-americano e ao chinês.

O ponto que deve ser analisado e entendido é que não se desconsidera a importância do aumento dos preços das *commodities* como forte impulsionadora do crescimento das exportações brasileiras, mas deve-se perceber que houve significativo crescimento das exportações brasileiras de caráter industrial, indicando uma tendência de aumento da participação industrial sobre a pauta de exportação.

Coltinho et⁷ al afirma que é grande a importância do Estado no sentido de que este deve promover e coordenar políticas industriais, de ciência, tecnologia e de comércio exterior integradas, que favoreçam as filiais nacionais, bem como as empresas nacionais relacionadas aos setores exportadores. Depreende-se, então, que para a inserção externa e comercial brasileira consolidar-se deve haver uma forte intervenção do Estado por meio de políticas industriais e de comércio exterior, bem como políticas macroeconômicas que produzam um ambiente favorável à indústria nacional⁸.

Sabe-se que durante muitos anos, na economia brasileira, a preocupação central do Governo foi a inflação. A partir de meados da década de 90 criou-se o Plano Real, cujo objetivo central era a estabilização dos preços via âncora cambial e manutenção de uma taxa de câmbio supervalorizada. Desde então o câmbio tem forte influência sobre a determinação dos preços na economia brasileira.

Com a tendência de apreciação cambial, no final de 2003, os índices de inflação começaram a ceder. Somada à apreciação cambial, a política extremamente contracionista de juros altos do Banco Central proporcionou ao IPCA uma tendência de queda com baixas variações. Esse contexto foi favorável aos preços, mas não ao Produto Interno Bruto, cujo crescimento mostrou-se muito próximo de zero no ano de 2003.

A política de Lula de manter altas taxas de juros apresenta inúmeros problemas econômicos como: impacto negativo sobre o produto, sobre o investimento, sobre o emprego e sobre a competitividade internacional do país. Nesse sentido, Farhi afirma que a busca ativa pela valorização do câmbio e as elevadíssimas taxas de juros, que no caso brasileiro representam uma “anomalia internacional tanto em níveis nominais como em reais”⁹, como forma de conter o processo inflacionário, trazem sérios prejuízos econômicos para o país.

Objetivando conter tais prejuízos à economia, mas sem alterar as medidas restritivas macroeconômicas, Lula, em 2003, implantou a chamada “Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior” (PITCE). Esta foi uma tentativa de alavancar a indústria nacional e o comércio externo brasileiro, com diversos incentivos.

No primeiro ano do Governo Lula a indústria foi pouco significativa, mas melhorou nos anos seguintes. Mesmo com a política monetária recessiva e contracionista adotada pelo governo, a indústria brasileira, com a ajuda do câmbio desvalorizado no final de

⁷ Ver Coutinho, L.; Sarti, F. A integração das políticas tecnológicas e de comércio exterior. In Velloso, João Paulo dos Reis (Org). Governo Lula: novas prioridades e desenvolvimento sustentado (Fórum Nacional do Desenvolvimento). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

⁸ Esse ponto será destacado no Programa de Aceleração do Crescimento, PAC, do segundo Governo Lula.

⁹ Sobre o assunto ver Farhi, M. “Os impactos dos ciclos de liquidez no Brasil: Mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária”, Política Econômica em Foco n.º7, Seção V – nov.2005/abr.2006.

2002 e da demanda por insumos de países asiáticos em crescimento, principalmente da China, fortaleceu o movimento de crescimento das exportações de manufaturados.

As exportações de manufaturados proporcionaram um incremento substancial na balança comercial, fortalecendo seu movimento positivo. A indústria brasileira apresentou bom desempenho, no que se refere às exportações, nos produtos intensivos em mão-de-obra e recursos naturais (calçados e móveis, por exemplo) numa ponta e na outra nos bens de alta tecnologia, como o caso dos aviões da EMBRAER.

O “déficit” comercial de manufaturados foi revertido no ano de 2003, devido ao aumento das vendas externas das filiais das empresas, principalmente de automóveis para o Nafta. De acordo com Laplane e Sarti¹⁰, o “elevado nível de capacidade ociosa, a utilização tecnológica das plantas construídas no Brasil na segunda metade da década de 90, o câmbio favorável e os acordos comerciais” proporcionaram um aumento das vendas externas.

Vale destacar que o presente estudo acredita que parcela expressiva do crescimento exportador brasileiro está relacionada à expansão do comércio mundial e à valorização dos preços das *commodities*; no entanto, não se pode menosprezar o papel da indústria nacional, que, em grande medida, foi responsável pelos saldos positivos na balança comercial nos anos que aqui estudados.

De acordo com Puga¹¹, as exportações brasileiras cresceram acima do desempenho das exportações mundiais em diversos setores, como couros, automóveis, alimentos e bebidas, borracha e plástico e aviação e suas atividades relacionadas. Esse movimento indica que as exportações brasileiras apresentaram, em grande medida, grande participação de produtos industrializados. Esses produtos são fabricados por setores que se apresentam como grandes oportunidades de emprego e que são responsáveis por grande parte da geração de emprego, entre as empresas exportadoras. Este ponto será foco de discussão nos próximos capítulos.

Puga afirma que as exportações brasileiras cresceram devido à capacidade de resposta das empresas brasileiras frente à demanda internacional. O ponto que se deve destacar é o fato de que as exportações brasileiras aumentaram de maneira significativa e que há grande participação de produtos manufaturados e industrializados.

Quanto à questão da PITCE, implementada pelo Governo como forma de fomento à indústria e ao comércio exterior, cabe lembrar que as agências responsáveis pela promoção do desenvolvimento regional tiveram seus papéis mantidos (SUDAM e SUDENE). O

¹⁰ Ver LAPLANE, M. e SARTI, F. *Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial do século XXI*. Seção IX, Política Econômica em Foco, n° 7, nov. 2005/abr. 2006.

¹¹ Ver PUGA, F. P. *Porque crescem as exportações brasileiras* Visão do desenvolvimento – BNDES, 20 junho de 2006, n° 1.

BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal também continuaram, mas tiveram suas funções reformuladas.

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), implementada em 2003, era composta por um conjunto de iniciativas. Predominavam ações horizontais como o Programa Modermaq, do BNDES, que substituiu as taxas de juros variáveis por taxas fixas de financiamentos como, por exemplo, as adaptações dos programas existentes de apoio às pequenas e médias empresas.

Outras medidas de relevância davam-se pela desoneração dos investimentos, da produção e das exportações. Zeraram-se as alíquotas de IPI para bens de capital e foram estabelecidas isenções tributárias entre produtos importados (aplicou-se à contribuição para a Cofins) e produzidos no país. Aprovou-se a isenção da contribuição do PIS/PASEP e Cofins para a compra de máquinas e equipamentos por empresas exportadoras que exportassem pelo menos 80% de sua produção. Adicionalmente à PITCE fomentaram-se iniciativas setoriais para o fortalecimento da produção de semicondutores, fármacos, software e bens de capital.

Apesar de a política macroeconômica impor entraves ao desenvolvimento industrial, como exemplo o aumento dos custos de financiamento de capital de giro e o maior crescimento das obrigações de empréstimos, a economia tem crescido mesmo a taxas baixas e se mantém crescendo, apesar do valor nulo em 2003.

A questão que se coloca é se, com o modelo de crescimento “política macroeconômica restritiva com política industrial expansionista”, as empresas com melhor posição de exposição e com maiores ligações com o comércio externo têm impactos sobre a geração de emprego e sobre a situação do mercado de trabalho no Brasil. Nesse contexto, vale destacar que o comércio exportador teve grande papel, nesse período, sobre o PIB.

Em síntese, o que se pode perceber é que apesar de o Governo manter uma política monetária restritiva, o Brasil apresentou alterações positivas no que tange ao crescimento e ao comércio externo. Sabe-se que o crescimento mundial e o aumento do preço das *commodities* foi importante para que se verificassem grandes avanços no saldo comercial brasileiro, porém o crescimento das exportações de manufaturados e de produtos industrializados mostrou-se significativa, indicando que a indústria brasileira teve grande participação sobre as exportações do período estudado.

Cabe neste ponto, já se aproximando um pouco mais do escopo desse estudo, entender mais a fundo como evoluíram as exportações brasileiras e a dinâmica do crescimento do número de empresas exportadoras, no período. Para isso, torna-se importante enfocar o crescimento das exportações por tamanho de empresa e por produto.

Tabela 1
Crescimento das exportações, em milhões US\$ FOB, por região e por tamanho de empresa, entre 2002 e 2005. (%)

	Micro-empresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	Total
Sudeste	78,3	89,8	83,6	93,5	92,8
Nordeste	68,4	50,5	66,5	140,8	131,0
Norte	28,8	33,8	51,3	125,0	113,9
Sul	69,7	68,3	69,5	81,1	79,6
Centro-Oeste	11,5	89,4	74,0	211,0	187,3
Brasil	68,8	74,8	74,5	98,6	96,2

Fonte: SECEX, MIDIC

O crescimento das exportações entre 2002 e 2005 foi acentuado, o total das exportações brasileiras cresceu 96,2 %. Esse movimento deveu-se em grande medida ao crescimento das exportações da região Centro-Oeste e do Nordeste, 187,3% e 131%, respectivamente. A região Sul foi a que apresentou a menor taxa de crescimento, apenas 79,6%, seguida pelo Sudeste com 92,8% e pelo Norte que obteve um crescimento de, aproximadamente, 113,2%.

O enfoque regional e por tamanho de empresa é importante para entender o comportamento das exportações e sua influência sobre o mercado de trabalho formal, assunto esse que será destaque nos capítulos seguintes. Pode-se perceber que a grande empresa foi a responsável pelo maior crescimento das exportações, 98,6%, em média para o Brasil. Merecem destaque as regiões Centro-Oeste e Nordeste que apresentaram as maiores variações, 211% e 140%, respectivamente, o que acabou por alavancar a média brasileira.

Apesar do grande crescimento das exportações, como um todo na região Centro-Oeste, pode-se perceber que este esteve concentrado nas empresas de grande porte. As exportações das micro-empresas não apresentaram um crescimento expressivo, nesta região, obtiveram crescimento de apenas 11,5%.

A região Sudeste foi a que mostrou maior equidade quanto ao crescimento das exportações, no que tange ao tamanho de empresa. Enquanto as grandes empresas apresentam o maior crescimento, 93,5%, as micro-empresas não ficaram muito atrás com o valor de 78,3%. Considerando as microempresas do Brasil do Brasil, a região Sudeste foi a que apresentou o maior crescimento do valor exportado, seguida pelo Sul e pelo Nordeste.

O crescimento das exportações das pequenas e médias empresas apresentou um padrão parecido; a região Sudeste aparece com as maiores variações enquanto que a região Norte encontra-se em último lugar.

O que se pode perceber é que o aumento do valor exportado deu-se, principalmente, entre as empresas de grande porte, como foi o caso da região Centro-Oeste que apresentou uma diferença cavalgar entre grande e micro-empresa, 211% contra 11%, respectivamente. Essa dinâmica verifica-se, principalmente, pela característica do tipo de produção que se encontra na região, produção em grande escala e mecanizada, mais precisamente a produção de soja.

Nas outras regiões esse movimento foi menos acentuado, mas não perdeu sua característica principal, o maior crescimento das exportações entre as empresas de grande porte, indicando assim que estas possuem maior capacidade de aproveitar as oportunidades do cenário internacional e que possuem maior capacidade de defesa quanto as suas possíveis variações.

Outro ponto que deve ser destacado é a participação das regiões nas exportações, por tamanho de empresa, o que dá a idéia de como se comportam as exportações sob a ótica regional. O que se pode perceber é que há grande participação da região Sudeste no total das exportações brasileiras.

Apesar do elevado crescimento das exportações entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, estas representam parcela pequena do total exportado, sendo que a maioria das exportações, cerca de 77,8%, encontram-se nas regiões Sudeste e Sul.

Quando se observa, individualmente, a participação das regiões por tamanho de empresa, o que se nota é que entre as micro-empresas a participação da região Sul é maior que para os outros tamanhos, esta apresenta 32% do total das exportações das micro-empresas brasileiras e 19,8% das grandes empresas. A região Sudeste apresenta participações mais uniformes, encontrando-se acima dos 50% para qualquer tamanho de estabelecimento.

Tabela 2
Participação regional das exportações por tamanho de empresa, entre 2002 e 2005

	Micro-empresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	Total
Sudeste	57,8	56,8	52,0	57,6	57,3
Nordeste	6,7	5,8	8,9	10,5	10,3
Norte	2,8	4,1	5,4	6,7	6,6
Sul	32,0	27,9	28,8	19,8	20,5
Centro-Oeste	0,7	5,4	4,9	5,4	5,3
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX, MIDIC

Entre as grandes empresas, o que se pode perceber é que o Sudeste encontra-se como a região que mais exportações pratica, 57,6%; a região Sul aparece em segundo lugar seguida pelo Nordeste que representa mais de 10% das exportações das grandes empresas. A região Centro-Oeste, mesmo apresentando as maiores taxas de crescimento em valor exportado, representa uma pequena parcela das exportações, cujas participações mais significativas encontram-se entre as pequenas e grandes empresas, ambas com 5,4% relativamente de participação.

Deve-se analisar, também, a participação do tamanho de empresa por região geográfica, para que se perceba qual a importância do tamanho da empresa para o comércio exportador regional brasileiro.

A participação das grandes empresas no total exportado é grande e veio aumentando ao longo do período. No que tange ao Brasil, a grande empresa exportadora era responsável, em 2002, por 90,1% das exportações; já em 2005 esse valor subiu para 91,2%. Isso mostra como vem crescendo a participação das grandes empresas em um contexto favorável no comércio internacional.

As micro-empresas, cuja participação não atinge a casa de 1%, vêm perdendo participação no total exportado, em algumas regiões, como é o caso do Norte, Sul e Centro-Oeste. As pequenas empresas seguem o mesmo movimento, com destaque para a região Norte que apresentou a maior queda de participação, passando de 3,1% para 2%.

Tabela 3
Participação das exportações, por região e por tamanho de empresa, entre 2002 e 2005.

		Micro-empresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	Total
2002	Sudeste	0,2	1,5	6,0	92,2	100,0
	Nordeste	0,2	2,2	10,2	87,3	100,0
	Norte	0,3	3,1	10,8	85,8	100,0
	Sul	0,4	2,4	9,6	87,6	100,0
	Centro-Oeste	0,4	3,2	13,9	82,5	100,0
	Brasil	0,3	1,9	7,7	90,1	100,0
2005	Sudeste	0,2	1,5	5,7	92,5	100,0
	Nordeste	0,2	1,4	7,4	91,0	100,0
	Norte	0,2	2,0	7,6	90,2	100,0
	Sul	0,3	2,2	9,1	88,3	100,0
	Centro-Oeste	0,2	2,1	8,4	89,3	100,0
	Brasil	0,2	1,7	6,9	91,2	100,0

Fonte: SECEX, MIDIC

Vale destacar que as médias empresas foram as que apresentaram as maiores quedas nas participações. Em média, caíram de 7,7% para 6,9%, cujas maiores contribuições foram das regiões Norte e Nordeste, respectivamente.

O que se pode perceber é que há um movimento geral de queda nas participações das micro, pequenas e médias empresas, em detrimento das empresas de grande porte, que ampliaram significativamente a participação nas exportações do país, durante o período estudado.

Algumas das possíveis razões para que a participação das micro, pequenas e médias empresas tenham diminuído, relativamente ao total das exportações, é o fato de esse porte de empresa apresentar algumas restrições como o seu próprio tamanho, o baixo volume exportado e o destino de suas exportações ser restrito a alguns segmentos de mercado específicos. Ademais, pode-se dizer que o efeito da queda do câmbio a partir de 2002 pode ter afetado de forma mais significativa as empresas desse tipo, pois estas apresentam menor margem de manobra comparativamente às empresas de grande porte.

No entanto suas exportações continuaram crescendo e, apesar da exacerbada diminuição da participação nas exportações entre as micro, pequenas e médias empresas, houve um crescimento acelerado no número de empresas desse porte, principalmente entre as micro e pequenas empresas do Sudeste.

Tabela 4
Crescimento absoluto do número de empresas e suas participações percentuais, por região geográfica e por tamanho de estabelecimento, 2002 e 2005

	Micro-empresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	Total
Sudeste	1.164	1.040	21	189	2.414
Nordeste	190	81	97	70	438
Norte	2	26	4	56	88
Sul	188	272	129	184	773
Centro-Oeste	61	57	40	115	273
Brasil	1.605	1.476	291	614	3.986
Sudeste	48,2	43,1	0,9	7,8	100,0
Nordeste	43,4	18,5	22,1	16,0	100,0
Norte	2,3	29,5	4,5	63,6	100,0
Sul	24,3	35,2	16,7	23,8	100,0
Centro-Oeste	22,3	20,9	14,7	42,1	100,0
Brasil	40,3	37,0	7,3	15,4	100,0
Sudeste	72,5	70,5	7,2	30,8	60,6
Nordeste	11,8	5,5	33,3	11,4	11,0
Norte	0,1	1,8	1,4	9,1	2,2
Sul	11,7	18,4	44,3	30,0	19,4
Centro-Oeste	3,8	3,9	13,7	18,7	6,8
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: SECEX, MIDIC

O crescimento do número de empresas exportadoras para o Brasil foi de 21%, o que representa o surgimento de 3.986 empresas novas entre os anos de 2002 e 2005. Esse crescimento foi elevado devido, principalmente, ao aumento no número das micro e pequenas empresas, que juntas representam 77,3% do crescimento de todas as empresas exportadoras no Brasil.

O que se pode observar é que a região Sudeste foi responsável pelo aumento considerável desse tipo de empresa. O Sudeste foi responsável por 72,5% do crescimento das micro-empresas e por 70,5% das pequenas empresas. Sua participação no crescimento das grandes empresas também foi significativa, apresentou o valor de 30,8% e foi seguido pelo Sul que participou com 30% do crescimento total das grandes empresas.

Como um todo, o Sudeste foi responsável pelo surgimento de 2.414 empresas exportadoras, o que representa 60,6% do total das novas empresas que surgiram entre 2002 e 2005, e o Sul aparece em segundo lugar com 19,4% do total.

Entre as empresas de médio porte o que se pode observar é que a maior contribuição para o aumento do número de exportadores veio da região Sul com 44,3% seguido pela região Nordeste com 33,3%.

A região Norte não apresentou números significativos na participação do crescimento no número de empresas exportadoras, esta ficou muito próxima de 2%, assim como a região Centro-Oeste que apresentou apenas 6,8% do total.

No entanto, quando se analisa individualmente o crescimento regional do número de empresas exportadoras, pode-se perceber que algumas regiões apresentam um crescimento relativo considerável, como é o caso da região Centro-Oeste que mais que dobrou o número de grandes empresas, passando de 114 para 229 empresas; um crescimento de 100,9%. Esta foi a região que mais aumentou, relativamente, seu número de empresas: 52,4%.

O Nordeste aparece em segundo lugar em crescimento relativo de exportadores com 37,8%, o que representa o surgimento de 438 empresas ligadas ao comércio internacional. O motivo que levou a isso se encontra no aumento relativo das micro-empresas exportadoras, que apresentaram um crescimento de 81,2%.

Após breve explanação a respeito de como se deu a distribuição regional e por tamanho de empresa das exportações brasileiras, cabe identificar os principais produtos da pauta de exportações que mais contribuíram para o crescimento total das exportações e assim embasar a escolha de alguns setores, em especial, para entender a dinâmica do crescimento do emprego e as alterações em seu perfil.

Tabela 5
Crescimento do número de empresas exportadoras, por região e por tamanho de empresa, entre 2002 e 2005.

	Micro-empresas	Pequenas empresas	Médias empresas	Grandes empresas	Total
Sudeste	50,5	39,0	0,6	7,9	22,5
Nordeste	81,2	32,5	34,0	17,9	37,8
Norte	1,0	10,7	1,6	42,7	10,8
Sul	13,1	17,7	7,8	16,6	13,4
Centro-Oeste	46,9	41,0	29,0	100,9	52,4
Brasil	37,3	30,5	5,1	14,8	21,0

Fonte: SECEX, MIDIC

Dentre os produtos que mais cresceram e que tiveram grande importância na pauta de exportações brasileiras encontram-se os polímeros de propileno, etileno e estireno, a carne de frango congelada, fresca ou resfriada e os automóveis de passageiros.

Os polímeros cresceram 207% entre 2002 e 2005, seguidos pela carne de frango que aumentou em 149% e os automóveis em 119%. Estes últimos ficaram em terceiro lugar na classificação dos produtos mais exportados em 2005, perdendo apenas para os minérios de ferro e para a soja mesmo triturada, que apresentou crescimento de 76% no período. Esta última posicionou-se em segundo lugar entre os produtos mais exportados, atingindo a marca de quase US\$ 5,4 bilhões FOB.

Outra gama de produtos que merece destaque são os couros e as peles, não em bruto, que cresceram 46%; esses produtos encontram-se em um setor que emprega mais de 30 mil pessoas no mercado formal. A escolha dos produtos da tabela abaixo foi feita por sua grande participação nas exportações e/ou por que fazem parte de setores de grande representatividade em termos de emprego formal.

Tabela 6
Evolução das exportações brasileiras de alguns dos principais produtos, 2002 = 100.

	2002	2003	2004	2005
Polímeros de etileno, propileno e estireno	100	159	210	307
Carne de Frango congelada, fresca ou refrigerada	100	128	187	249
Automóveis de passageiros	100	132	167	219
Açúcar de cana, em bruto	100	121	136	214
Café cru em grão	100	109	146	211
Soja mesmo triturada	100	142	178	176
Motores para veículos automóveis e suas partes	100	125	147	173
Couros e peles, depilados, exceto em bruto	100	111	135	146
Farelos e resíduos da extração de óleo de soja	100	118	149	130
Total	100	127	161	189
TOTAL GERAL	100	121	160	196

Fonte: Ministério do desenvolvimento, SECEX

Boa parte dos principais produtos que apresentaram grande participação no saldo da balança comercial faz parte das chamadas *commodities*. O Brasil mostra-se como um grande país exportador desse tipo de produto, o que indica que setores como a agricultura e a pecuária são muito importantes para entender o movimento de geração de emprego formal entre as empresas exportadoras. Estes empregavam, em 31 de dezembro de 2005, mais de um milhão de pessoas.

Outro setor que emprega boa parte dos trabalhadores é o da produção de bebidas e de alimentos; este teve um crescimento do emprego de quase 150 mil pessoas no mercado de trabalho formal e também será foco de estudo.

Os próximos capítulos pretendem entender qual é a dinâmica da geração do emprego formal e do perfil de emprego em crescimento. Para isso deve-se analisar o recorte setorial, dando enfoque para a distribuição regional e por tamanho de empresa. O objetivo central é entender se o crescimento das exportações teve alguma influência sobre o crescimento do emprego e sobre o seu perfil.

Os dados das exportações por produto da tabela anterior indicam uma tendência de crescimento que se deve levar em conta para entender o movimento da geração de emprego e de alterações em seu perfil em alguns setores específicos, que serão foco dos próximos capítulos.

Os setores escolhidos foram extraídos da classificação da CNAE na base de dados da RAIS e que, em seu escopo, englobam os produtos em questão. Os setores escolhidos foram: agricultura, pecuária e serviços relacionados; fabricação de produtos alimentícios e bebidas; preparação de couros e fabricação de artigos e artefatos de couro; fabricação de produtos químicos e de artigos de borracha e plástico; fabricação e montagem de veículos automotores, reboques, carrocerias e outros equipamentos de transporte.

A escolha desse grupo de setores deu-se por sua elevada representatividade quanto ao total do emprego formal. Esses setores representavam, juntos, mais de 3,9 milhões de postos de trabalho, sendo que 65% desses postos encontravam-se entre as empresas exportadoras. Ademais, os produtos exportados por estes setores encontraram-se, em grande medida, nas primeiras posições da pauta de exportação brasileira.

Capítulo 2 – A evolução do emprego formal entre empresas exportadoras e não-exportadoras, sob a ótica regional e setorial.

O presente Capítulo tem por objetivo analisar a situação setorial, quanto a geração de emprego formal e seu perfil, enfocando as diferenças regionais, bem como a situação das empresas exportadoras e não-exportadoras, nos anos de 2002 e 2005. Para isso, serão construídos alguns indicadores de qualidade do emprego como: evolução do número de empregados de acordo com seu nível de escolaridade e a evolução da renda média real, nesses níveis de ensino.

No Capítulo anterior mostrou-se o comportamento das exportações por tamanho de estabelecimento e por principais produtos da pauta brasileira. Esses produtos são contemplados por setores da atividade econômica, cuja representatividade, em termos de quantidade de trabalhadores empregados entre as empresas exportadoras, é relevante. Os setores escolhidos para se estudar a situação do emprego, nesse tipo de empresa, foram: a agricultura, a produção de produtos alimentícios, a produção de couros, a de produtos químicos e borracha e a fabricação de automóveis e suas atividades similares.

Cabe neste ponto, a título de exemplificação, citar algumas das principais atividades que compreendem a estrutura desses setores. No caso do setor agrícola, as principais atividades são as lavouras, tanto temporárias como permanentes, as horticulturas e os viveiros, as pecuárias, as produções mistas (lavoura e pecuária), os serviços relacionados ao setor, além da pesca e da caça.

No que tange ao setor da produção de produtos alimentícios, podem-se destacar o abate e a preparação de carnes e pescados, a preparação de conservas de frutas e legumes, a produção de óleos vegetais, gorduras animais e vegetais, a fabricação de açúcar e seu refino, além da torrefação e da moagem de café.

O setor de preparação e produção de artigos de couro é composto pelas atividades de curtimento do couro, preparação e confecção de artigos para viagens, além da produção de calçados. Este setor apresentou produtos de relevância na pauta de exportações, crescendo cerca de 46%, no período estudado.

Neste estudo o setor “fabricação de produtos químicos” foi agregado ao setor “fabricação de artigos de borracha e plástico”, para melhor caracterizar sua evolução pois apresentam atividades próximas. Tais atividades são: fabricação de produtos químicos

orgânicos e inorgânicos, de resinas e elastômeros¹², de produtos farmacêuticos, de defensivos agrícolas, de sabões e detergentes e de plásticos e borrachas, em geral.

Por fim, a produção e a montagem de veículos automotores são compostas pela construção e montagem de automóveis, caminhonetas, ônibus, caminhões, aeronaves e veículos ferroviários. A fabricação de equipamentos e peças para esses veículos também será considerada.

Após breve explicação a respeito dos setores que serão focados nesse estudo, cabe agora analisar o comportamento da geração do emprego nesses setores, indicando as principais diferenças entre empresas exportadoras e não-exportadoras.

De maneira geral, o que se pode perceber é que o aumento percentual do número de empregados entre as empresas exportadoras foi superior ao aumento das não-exportadoras. Os setores selecionados cresceram em média 21,9% para as exportadoras contra 14,4% das não-exportadoras. Quando se analisa a questão regional, verifica-se que esse movimento é mantido para todas as regiões do Brasil. O que se pode tirar desse ponto refere-se ao fato de que é indiscutível que os setores ligados às exportações empregaram maior número de trabalhadores.

A região Norte foi a que apresentou maior variação relativa no total de pessoas empregadas, cerca de 74,4% de crescimento, entre as empresas exportadoras, o que representa a geração de mais de 30 mil empregos. Em contrapartida, a região Sudeste, onde se encontra a maior parte da população brasileira, apresentou um crescimento de aproximadamente 17%, ficando apenas a frente da região Sul (15,7%). No entanto, quando se analisam os valores absolutos, o Sudeste foi responsável pela introdução, no mercado de trabalho formal, de mais de 186 mil trabalhadores e o Sul por cerca de 80 mil.

Destaque-se que o crescimento do emprego na região Norte foi bastante significativo para qualquer tipo de empresa, pois as não-exportadoras mostraram-se capazes, também, de absorver mão-de-obra, empregando quase 16 mil pessoas a mais.

De um modo geral, as regiões que mais cresceram, em termos relativos de emprego formal, foram as chamadas regiões menos dinâmicas do Brasil, onde verificou-se uma forte tendência de aumento do pessoal empregado, principalmente no que tange aos setores ligados ao comércio externo.

As empresas exportadoras dos setores escolhidos para esta análise foram responsáveis pela geração de mais de 450 mil postos de trabalho, enquanto que as não-exportadoras empregaram pouco mais de 170 mil trabalhadores. Estes dados mostram o

¹² Elastômeros são polímeros cuja principal característica é a elasticidade, mais conhecidos como borrachas.

dinamismo dos setores exportadores e que se tornam, de certo modo, favoráveis para a formalização do mercado de trabalho.

Tabela 7

Varição percentual do número de empregados entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por região e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	88,8	25,2	15,0	10,5	27,1	19,2
	Produtos alimentícios e bebidas	44,8	23,6	24,8	31,6	49,6	29,5
	Preparação e fabricação de artigos em couros	359,3	86,1	2,1	-8,2	26,9	15,4
	Produtos químicos, borracha e plástico	75,7	32,2	9,1	9,0	21,6	11,6
	Fabricação e montagem de veículos	49,5	103,9	29,4	46,7	59,7	34,4
	Total	74,4	35,3	17,4	15,7	33,2	21,9
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	21,9	15,6	-13,0	11,1	25,6	1,9
	Produtos alimentícios e bebidas	27,7	19,0	18,1	15,7	14,9	18,1
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-27,0	-47,6	40,5	10,0	23,9	9,5
	Produtos químicos, borracha e plástico	120,8	28,1	16,3	23,5	34,1	22,0
	Fabricação e montagem de veículos	30,4	7,5	19,6	2,2	12,1	15,7
	Total	37,5	11,7	12,8	14,5	20,8	14,4

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Há que se perceber que existem algumas diferenças entre os setores de atividades, diferenças essas que verificam, também, quando se observam as regiões brasileiras. No que tange à região Norte pode-se perceber que as atividades que se enquadram no setor de fabricação e de preparação de produtos e artigos de couro foram extremamente beneficiadas pelo cenário de constante crescimento das exportações. As empresas exportadoras apresentaram crescimento de mais de trezentos pontos percentuais no número de empregados, enquanto que as não exportadoras tiveram um decréscimo de 27%.

Nessa região também se mostrou favorável à onda de exportações o setor agrícola, que aumentou em 88% o número de trabalhadores, o que representa 61% de todos os empregos gerados no período, mais de 18 mil. Outro setor que se mostrou significativo, tanto para o comércio interno como para o externo, foi o setor de produtos químicos, cujas taxas de crescimento foram 120% e 75%, respectivamente.

Em termos de aumento do número de empregados, a região Nordeste foi, em segundo lugar, quem mais empregou trabalhadores, principalmente entre as empresas exportadoras: cerca de 100 mil novos postos formais de trabalho. No entanto, quando se toma a questão setorial, pode-se perceber que algumas diferenças são significativas.

O exemplo mais claro é a atração de pessoal para empresas exportadoras do setor de couros, enquanto essas aumentaram em 86% o número de empregados, as que não estão ligadas ao comércio internacional reduziram em aproximadamente 47,6% seus trabalhadores, representando assim uma diminuição de mais de 12 mil empregos. Isto indica que nesta região

o setor de couros tende a se deslocar “para fora”, no sentido em que o melhor caminho para o trabalhador encontra-se nas empresas dedicadas ao comércio externo.

Outro setor que se mostrou muito favorável ao movimento das exportações foi o de montagem e fabricação de veículos, principalmente o de automóveis e o de aviões, cujas exportações foram muito significativas entre 2002 e 2005. As empresas exportadoras desse setor mostraram um incremento de mais de 100% de seus trabalhadores, já as não-exportadoras apresentaram, apesar de positivo, um crescimento muito baixo (7,5%) no período.

No Sudeste o crescimento do emprego tomou proporções peculiares; os setores que mais empregaram pessoas foram os ligados ao comércio externo. Dentre eles podem-se destacar a agricultura, principalmente as produções de café e de cana-de-açúcar, devido ao aumento das exportações de grão de café e de álcool, a fabricação de veículos, principalmente por causa da grande concentração de empresas produtoras e montadoras de automóveis nessa região, e o setor de produtos alimentícios, que incorpora a produção de açúcar e de produtos derivados do café.

No que tange à agricultura do Sudeste o crescimento do emprego entre as empresas exportadoras foi de 15% contra uma diminuição de 13% das não-exportadoras, este mesmo movimento se verifica para os setores de veículos e de bebidas, porém em menores proporções. Vale destacar que esse aumento de 15% na agricultura exportadora representa um incremento de 64 mil postos de trabalho no mercado formal.

O que se pode perceber é que os setores exportadores de couros e de produtos químicos mostraram-se menos favoráveis a contratações no período. Observa-se que nesses setores as empresas voltadas ao mercado interno empregaram, relativamente, mais trabalhadores que as dedicadas às exportações. Mesmo empregando relativamente menos trabalhadores, as empresas exportadoras do setor de produtos químicos empregaram cerca de vinte mil trabalhadores e as não-exportadoras vinte e quatro mil. O setor exportador de couro foi o que menos empregou trabalhadores na região, pouco menos de mil trabalhadores em quatro anos.

O crescimento do número de empregados entre empresas exportadoras e não-exportadoras na região Centro-Oeste mostrou-se superior entre as primeiras para todos os setores de atividade, com exceção da produção de produtos químicos de borrachas e plásticos, em geral, que apresentaram crescimento de 21,6% para exportadoras e 34,1% para não-exportadoras.

Pode-se perceber que a região mostrou-se extremamente dinâmica quanto à geração de emprego, aumentando em mais de 76 mil postos de trabalhos formais entre 2002 e 2005. Dentre esses empregos pouco mais de 50 mil foram entre os setores exportadores com merecido destaque para a agricultura, cujo crescimento foi de 27,1%, representando mais da metade dos empregos gerados, aproximadamente 32 mil trabalhadores.

A produção de alimentos e bebidas e a fabricação e a montagem de automóveis apresentaram os maiores crescimentos da região, 49,6% e 59,7%, respectivamente. Estes dois setores juntos representaram o aumento de mais 24 mil postos de trabalho, sendo que a produção de bebidas é a responsável pela grande maioria.

Por fim, na região Sul houve uma maior proximidade entre as empresas exportadoras e as não-exportadoras no que se refere ao aumento do número de empregados, mas as disparidades intersetoriais mostram-se significativas. Os dois setores exportadores que mais contribuíram para o aumento de postos de trabalhos foram os de produtos alimentícios e os de veículos; estes apresentaram as maiores variações e, em termos absolutos, representam o aumento de mais de 67 mil empregos formais.

Merece destaque o fato de que no Sul a produção de artigos e de calçados de couro foi a que mais se viu prejudicada, tanto entre as empresas exportadoras quanto as dedicadas ao mercado interno. As primeiras sofreram uma forte redução no número de trabalhadores, diminuindo cerca de nove mil o número de pessoas empregadas formalmente; já as segundas apresentaram crescimento positivo, 10%; porém, em termos absolutos, essa porcentagem representa o emprego de apenas seis mil pessoas em quatro anos. Este fato pode ter forte relação com as sucessivas valorizações do câmbio a partir de 2003, quando fábricas sulistas se viram em dificuldades e começaram a fechar suas portas, demitindo milhares de trabalhadores.

Em suma, o que se pode perceber é que, quanto ao crescimento do número de trabalhadores formais, as empresas exportadoras, em média, mostraram-se mais favoráveis ao mercado de trabalho, empregando maior número de pessoas em um contexto de crescimento mundial e de aumento da demanda internacional por produtos brasileiros.

A questão que se coloca diz respeito ao perfil do emprego criado, ou seja, se esses novos postos de trabalho apresentam melhores condições aos trabalhadores. Para isso devem-se analisar algumas variáveis que possam indicar se houve melhora na qualidade do emprego, sendo que uma das mais importantes é a remuneração média real dos trabalhadores entre os anos de 2002 e 2005 que, como já mencionado, foram de grande importância para o comércio exportador brasileiro.

A empresa exportadora empregou, relativa e absolutamente, o maior número de trabalhadores; mas, quando se toma a renda média como medidor de incremento na qualidade do emprego, o que pode ser constatado é que as empresas ligadas ao comércio exportador, em média, mostraram-se menos favoráveis ao perfil do emprego dos trabalhadores.

Ambos os tipos de empresa apresentaram reduções na renda média; no entanto, as empresas exportadoras foram as que proporcionaram as maiores reduções. Os setores exportadores selecionados reduziram, em média, 1% na renda real para o Brasil, enquanto que os setores não-exportadores apenas 0,4%.

Tabela 8
Variação percentual do rendimento médio real, entre empresas exportadoras e não exportadoras, por região e por setor de atividade, 2002 - 2005

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	5,2	9,3	5,4	8,6	10,6	7,1
	Produtos alimentícios e bebidas	-12,9	0,8	-8,4	-2,6	-2,6	-5,8
	Preparação e fabricação de artigos em couros	2,0	-0,8	-2,9	3,7	1,5	-4,0
	Produtos químicos, borracha e plástico	-3,3	-2,3	-0,4	-2,1	9,1	-0,9
	Fabricação e montagem de veículos	-1,1	-12,5	-3,9	2,9	16,9	-3,9
	Total	-6,9	1,6	-1,0	4,3	6,6	-1,0
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-7,1	-8,0	0,4	-12,7	6,0	-3,1
	Produtos alimentícios e bebidas	-3,5	4,4	4,2	3,0	5,7	3,7
	Preparação e fabricação de artigos em couros	1,0	-13,9	3,1	0,4	4,2	1,9
	Produtos químicos, borracha e plástico	10,8	-15,8	-2,2	2,0	1,0	-3,3
	Fabricação e montagem de veículos	-3,5	-16,3	-7,3	-16,8	15,4	-8,1
	Total	-1,6	-2,5	0,0	-1,7	5,9	-0,4

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Nota: O rendimento real, para 2002, foi calculado a partir do INPC

No caso do Brasil, os setores que mais se mostraram favoráveis aos trabalhadores foram os da agricultura exportadora, o de produtos alimentícios e de bebidas e o de fabricação de produtos em couro, estes últimos voltados para o mercado interno. Foram os únicos setores, que, na média brasileira, apresentaram crescimento positivo da renda. No entanto, pode-se perceber que, assim com há diferenças setoriais, há diferenças regionais.

O setor agrícola exportador apresentou elevadas taxas de crescimento do número de empregados e da renda média, o que representa que este capturou as oportunidades do cenário internacional favorável às exportações de bens agrícolas, com reflexos positivos sobre o perfil do emprego.

A região Centro-Oeste, que empregou mais de 32 mil trabalhadores entre as empresas exportadoras, foi a que apresentou maior crescimento da renda média, 10,6%. Esta região também se mostrou favorável aos trabalhadores da agricultura voltada ao mercado interno; nesse setor houve um incremento de 6% na renda média.

A produção de alimentos e bebidas na região empregou um número significativo de trabalhadores entre as empresas exportadoras, mas esses postos de trabalho mostraram uma condição menos favorável, pois houve redução na renda média real. Em contrapartida as empresas não-exportadoras aumentaram a remuneração de seus trabalhadores em 5,7%.

O maior crescimento relativo de empregos entre as empresas exportadoras foi verificado na região Norte, mas este não significou uma melhora no perfil do emprego, pois a maior queda na remuneração também foi encontrada nesta região. Os maiores valores negativos para renda foram verificados no setor de alimentos e bebidas seguido pelo setor da produção de químicos plásticos e borracha. A agricultura exportadora, que abrigou a maior parte dos trabalhadores da região, foi a que ofereceu melhores condições ao trabalhador quanto ao perfil do emprego.

A situação dos trabalhadores no Nordeste mostrou-se em melhores condições nas empresas exportadoras; em média suas remunerações aumentaram 1,6%. A agricultura de exportação e as empresas exportadoras de alimentos e bebidas também aumentaram a remuneração de seus trabalhadores. No entanto, as atividades que apresentaram maior crescimento do emprego, como as ligadas à produção de couros e de automóveis, tiveram reduções na renda média do trabalhador, mostrando que o crescimento do emprego não está associado a melhores perfis de trabalho.

A região Sudeste reforça a idéia de que os setores que mais contribuem para o crescimento do emprego nem sempre estão ligados à promoção de melhores condições de trabalho. O exemplo mais claro que se tem são os setores de alimento e de veículos, ambos apresentaram as maiores variações relativas no número de empregados e as maiores quedas nas remunerações, o que indica que o crescimento do emprego não necessariamente está ligado a uma melhora no seu perfil.

As empresas exportadoras de bens agrícolas na região caminharam em sentido contrário pois, além de aumentar significativamente o número de trabalhadores, aumentaram sua remuneração média, cerca de 5,4%. Esse foi o único setor, dentre os exportadores, que se mostrou favorável aos trabalhadores na região, pois em todos os outros se verificaram quedas na renda média.

No Sul o que se pode perceber é que as empresas ligadas ao comércio internacional mostraram melhores condições aos trabalhadores. Assim como para as outras regiões, a agricultura e a pecuária de exportação apresentaram, além de um crescimento expressivo de seus trabalhadores, um aumento significativo em suas rendas médias.

O setor exportador de alimentos e bebidas da região foi o segundo que mais empregou trabalhadores; no entanto, seguiu um movimento contrário ao da agricultura, apresentando uma queda na renda, ou seja, o aumento do número de empregados não foi acompanhado por uma melhora no perfil do emprego. Em sentido contrário, as empresas não-exportadoras desse setor, apesar de apresentarem um crescimento de pessoal em menor volume, proporcionaram aos trabalhadores maiores salários.

A produção de automóveis dedicada às exportações, no Sul do Brasil, além de representar um grande pólo atrativo de mão-de-obra mostrou-se favorável aos seus trabalhadores, pois concedeu um incremento da ordem de quase 3% em seus salários. Este setor foi um dos poucos que se mostrou favorável tanto pelo incremento de empregos quanto pela melhora em seu perfil.

O que se pode perceber é que há grandes diferenças setoriais e regionais, não apenas quanto à geração do emprego, mas quanto às remunerações dos trabalhadores. De um modo geral, as empresas exportadoras mostraram-se menos favoráveis no que tange às modificações no perfil do emprego. Todavia, alguns setores exportadores apresentaram tendências contrárias a esse argumento, como é o caso da produção e da montagem de veículos no Sul, da agricultura de um modo geral e a preparação e produção de couros no Norte.

Agora, após breve relato a respeito do comportamento e da evolução das remunerações médias entre as empresas exportadoras e não exportadoras para o Brasil suas regiões, deve-se levar em conta outro indicador da evolução do perfil do emprego, que neste estudo será a participação no total do emprego das pessoas que possuem o nível de ensino médio completo além da evolução de seus salários.

O emprego de pessoal com ensino médio completo representa a busca por pessoas mais aptas a qualquer tipo de alterações nos setores da economia e com maior capacidade de aprendizagem. As inovações tecnológicas e as alterações no modo de produção, em um cenário de globalização onde as transformações são constantes, são exemplos claros de situações em que se torna indispensável a busca por maior capacitação profissional, entre os trabalhadores. Portanto, acredita-se que o crescimento do número de pessoas com ensino médio completo represente um movimento pela melhora no perfil do emprego.

Tabela 9

Varição da participação dos trabalhadores com ensino médio completo, entre empresas exportadoras e não exportadoras, por região e por setor de atividade (%), 2002 - 2005.

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	0,23	2,21	2,35	3,47	3,75	2,64
	Produtos alimentícios e bebidas	0,27	1,77	3,77	5,50	3,91	3,82
	Preparação e fabricação de artigos em couros	4,17	12,43	8,11	4,83	3,60	8,90
	Produtos químicos, borracha e plástico	2,31	-0,61	8,58	8,87	13,06	8,51
	Fabricação e montagem de veículos	8,17	8,09	10,03	8,88	4,77	10,04
	Total	-0,26	5,21	5,87	6,65	4,66	5,52
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	1,07	1,58	4,52	3,42	3,64	3,63
	Produtos alimentícios e bebidas	10,17	5,65	8,52	8,94	9,46	8,08
	Preparação e fabricação de artigos em couros	9,34	11,37	8,00	5,07	10,33	6,50
	Produtos químicos, borracha e plástico	4,07	6,59	10,19	9,60	9,74	9,55
	Fabricação e montagem de veículos	11,06	2,30	9,73	3,15	13,20	8,44
	Total	8,18	4,85	8,95	7,39	7,88	7,75

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Dado que o aumento na participação dos trabalhadores, com ensino médio completo, sobre o total do emprego é considerado como positivo, pode-se perceber que as empresas não-exportadoras apresentaram, comparativamente às exportadoras, os melhores resultados, indicando que esse tipo de empresa mostrou-se mais favorável aos trabalhadores, ampliando a participação do pessoal mais capacitado.

O setor de alimentos e bebidas torna-se o exemplo mais claro da confirmação do argumento de que nem sempre o setor que mais cresce, em termos de volume de emprego, representa uma melhora na situação do trabalhador. Para o Brasil como um todo, no setor alimentício pode-se notar que a maior variação na participação do pessoal com ensino médio completo verificou-se entre as empresas ligadas ao mercado interno, representando um aumento de 8%.

Em todas as regiões o aumento do número de trabalhadores com ensino médio completo, em relação ao total do setor, mostrou-se superior entre as empresas não-exportadoras. Esse movimento indica que o setor de alimentos, responsável por grande parte do emprego gerado nas empresas exportadoras, não foi capaz de provocar alterações positivas no perfil do emprego.

Outro setor que também reflete situação menos favorável aos trabalhadores é o setor de produtos químicos em que se pode perceber que, entre as empresas exportadoras, o emprego de pessoal com ensino médio completo mostrou-se menos significativo que entre as não-exportadoras. As exportadoras da região Centro-Oeste foram as únicas que promoveram o aumento na participação do pessoal mais capacitado.

O caso da agricultura de exportação é peculiar pois esse setor apresentou elevadas taxas de crescimento do emprego e da renda de seus trabalhadores; porém, o aumento no volume de pessoal com ensino médio completo não foi tão expressivo, ficando abaixo do setor

agrícola não-exportador. No entanto, vale destacar que o aumento das remunerações no setor exportador foi bem significativo e que apesar da baixa mudança na participação dos trabalhadores com ensino médio, a agricultura de exportação apresentou-se como um *locus*, onde o trabalho assalariado formal tem sido valorizado.

O setor de automóveis é responsável pela maior variação do pessoal qualificado, indicando que esse setor exige, em suas atividades ligadas à alta tecnologia robótica e à informática, maior capacitação pessoal, o que se torna favorável ao perfil do emprego gerado. No entanto, a questão que se coloca é qual o comportamento da renda entre esses trabalhadores, cuja discussão será feita mais à frente.

A situação dos trabalhadores do setor produtor de artigos e produtos de couros, analisando os dados agregados para o Brasil, mostrou-se mais favorável para as empresas exportadoras. Entretanto, quando se estuda o setor da produção de couros para exportação sob o aspecto regional, o que se pode perceber é que a variação percentual na participação de pessoas com ensino médio completo foi elevada na região Nordeste, o que promoveu o aumento na variação nacional.

O fato é que a região Nordeste foi a que mais empregou pessoas dentro do setor de couros, dando maior peso e maior importância às alterações ocorridas, no que se refere ao incremento de pessoal mais qualificado. Em suma, o setor de couros para exportação no Nordeste apresentou-se como uma grande oportunidade de emprego para o pessoal com maior qualificação.

Cabe, agora, analisar o comportamento da renda dos trabalhadores com ensino médio completo para se entender se o crescimento do emprego é acompanhado por alterações positivas no seu perfil, ou seja, se houve mudanças na qualidade do emprego gerado.

O movimento central, com relação à remuneração desses trabalhadores, é de completa perda no rendimento real. Em 2002 o rendimento médio de um trabalhador, com esse nível de escolaridade, era em média 10% superior. O que se pode perceber é que, basicamente, os trabalhadores de todos os setores de atividades, em todas as regiões do país, tiveram seu salário médio real depreciado.

Há algumas exceções que merecem destaque, como é o caso das empresas exportadoras ligadas à agricultura e as não-exportadoras ligadas ao setor de produtos químicos, na região Norte. Outros setores que não apresentaram perdas no rendimento médio dos trabalhadores com ensino médio completo foram os de produtos químicos para exportação e o de automóveis, exportadores e não-exportadores, contemplados na região Centro-Oeste.

Com exceção do setor de alimentos e bebidas não-exportador, as empresas exportadoras ligadas à agricultura de exportação foram as que apresentaram as menores perdas salariais. Todos os outros setores indicaram perdas superiores a 10%.

As empresas exportadoras ligadas ao setor de bebidas e alimentos e ao de artigos em couro foram as que apresentaram as maiores quedas no rendimento real. Os primeiros alavancados pelas regiões Nordeste e Sudeste e os segundos pelo Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste.

Tabela 10

Varição percentual do rendimento médio real, dos trabalhadores com ensino médio completo, entre empresas exportadoras e não exportadoras, por região e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	4,3	-6,5	-11,6	-7,4	-3,8	-8,2
	Produtos alimentícios e bebidas	-11,8	-16,5	-16,9	-11,2	-10,2	-15,7
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-7,0	-11,5	-11,1	-8,0	-14,3	-18,5
	Produtos químicos, borracha e plástico	-9,9	-1,3	-11,5	-14,1	1,0	-11,4
	Fabricação e montagem de veículos	-1,2	-0,6	-13,7	-3,6	6,1	-12,3
	Total	-6,2	-20,0	-13,5	-9,7	-7,0	-14,2
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-5,1	-20,1	-17,2	-25,7	-6,9	-16,9
	Produtos alimentícios e bebidas	-14,2	-8,3	-2,8	-4,6	-5,0	-4,9
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-3,6	-31,5	-0,4	-16,0	-6,6	-10,6
	Produtos químicos, borracha e plástico	17,3	-29,4	-12,2	-6,6	-4,1	-13,0
	Fabricação e montagem de veículos	-14,2	-19,8	-16,6	-19,6	8,2	-15,8
	Total	-8,8	-16,7	-10,8	-11,9	-6,5	-11,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Nota: O rendimento real, para 2002, foi calculado a partir do INPC

Os setores de automóveis e de produtos químicos, para ambos os tipos de empresas, mostraram taxas negativamente elevadas, significando perdas reais de rendimento. As regiões que mais contribuíram para a confirmação dessa tendência foram as regiões Nordeste e Sul, no caso das empresas não-exportadoras, e as regiões Sudeste e Centro-Oeste, no caso das exportadoras.

Em resumo, o que se pode notar é que, em média, as empresas do setor exportador foram mais desfavoráveis aos trabalhadores, no sentido em que as perdas reais de rendimento foram maiores. Mas alguns setores ligados às exportações apresentaram menores perdas, comparativamente aos que não estão ligados ao comércio internacional, como o caso da agricultura, do setor de produtos químicos e de automóveis. Vale destacar que para esses últimos as diferenças não foram tão elevadas.

No âmbito regional, as diferenças que se verificam são significativas. Pode-se notar que a região Nordeste foi a responsável pelas maiores quedas nos rendimentos médios reais, tanto para empresas exportadoras quanto para não-exportadoras; as primeiras apresentaram uma queda de 20% e as segundas 16,7% representando, assim, os maiores valores em termos de perda real da renda.

As regiões que apresentaram as menores perdas foram as regiões Norte e Centro-Oeste, mesmo que estas tenha contribuído para a queda geral da renda média real dos trabalhadores, com ensino médio completo. Essa tendência indica que quase a totalidade dos trabalhadores apresentou perdas reais nos salários e não obtiveram melhorias no perfil do seu emprego.

Outro indicador que se pode tomar como referência para se entender a dinâmica das mudanças no perfil do emprego gerado é o crescimento do número de empregados com nível de escolaridade inferior ao ensino médio, que representam os analfabetos e os trabalhadores que possuem, no máximo, ensino fundamental completo.

Nesse ponto, as mudanças referentes ao perfil do emprego apresentam-se, em termos gerais, muito mais desfavoráveis aos trabalhadores das empresas exportadoras que os das não-exportadoras, reforçando o argumento de que o crescimento das exportações e do emprego não necessariamente são acompanhados de melhorias na qualidade do emprego (tabela 5).

Percebe-se, para o Brasil, que em todos os setores de atividade, exceto o da produção de artigos de couro, em que se verifica uma redução de 18% do pessoal com baixo nível de escolaridade, o crescimento desse perfil de trabalhador foi maior entre as empresas exportadoras. Isso mostra certa tendência negativa para o que aqui se chamou de “qualidade do emprego” dos trabalhadores formais.

Tabela 11

Varição do número de trabalhadores analfabetos e com ensino fundamental, completo e incompleto, entre empresas exportadoras e não exportadoras, por região e por setor de atividade (%), 2002 - 2005.

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	86,7	20,7	10,1	5,0	17,0	13,6
	Produtos alimentícios e bebidas	40,2	18,7	14,6	17,2	35,4	19,1
	Preparação e fabricação de artigos em couros	322,6	40,7	-13,4	-16,1	13,1	-3,6
	Produtos químicos, borracha e plástico	50,3	21,8	-21,5	-14,9	-22,4	-16,1
	Fabricação e montagem de veículos	-14,3	47,2	-2,0	33,4	-4,8	3,9
	Total	74,8	22,4	4,7	2,6	20,0	9,9
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	21,6	12,6	-20,7	3,6	14,2	-5,2
	Produtos alimentícios e bebidas	4,8	7,8	-0,4	-1,5	-7,5	1,2
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-34,5	-57,8	20,4	0,5	-1,9	-3,0
	Produtos químicos, borracha e plástico	116,4	9,2	-5,9	1,0	5,5	0,0
	Fabricação e montagem de veículos	-4,2	-0,2	0,4	-4,7	-19,6	-1,4
	Total	19,3	3,1	-5,4	0,0	1,1	-1,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

As taxas de crescimento dos empregados de baixa qualificação foram superiores entre empresas exportadoras, comparativamente às não exportadoras, para todas as regiões do Brasil. A região Norte do país foi a responsável pelas maiores taxas, em que se observaram

crescimentos da ordem de 322%, no setor de couros e 86,7% no da agricultura, o que mostra quão desfavorável aos trabalhadores os setores exportadores apresentam-se.

Nessa região apenas a produção de químicos, borrachas e plásticos, apresentou indicativos de que as empresas não-exportadoras representaram uma pior mudança que as outras empresas; mas vale destacar que estas, apesar do crescimento menor, também se mostraram desfavoráveis ao perfil do emprego.

A região Nordeste aparece em segundo lugar quanto às alterações negativas no que se refere à qualidade do emprego. Em média o crescimento do emprego entre pessoas de baixa escolaridade nas empresas exportadoras foi de 22,4%; esse valor tem grande influência dos setores de couros e de veículos, pois ambos ficaram acima dos 40%.

Na região Sul, pode-se perceber o crescimento desses trabalhadores foi em menor escala, ficando estável nas empresas não-exportadoras e apresentando um baixo crescimento nas exportadoras. As primeiras apresentaram, nos setores de produtos alimentícios e no de veículos, diminuições no número de trabalhadores com esse nível de escolaridade. Já quanto às segundas, têm-se uma diminuição nos setores químico e de artigos de couro; porém, essas são contra-balançadas pelo crescimento elevado de trabalhadores nos setores de veículos e de produtos alimentícios.

O setor de produtos químicos também se mostrou favorável ao perfil do emprego na região Centro-Oeste; suas empresas exportadoras reduziram em 22% o número de trabalhadores com baixa escolaridade. O setor de veículos seguiu a mesma tendência, porém em menores proporções. Em contrapartida, a agricultura e o setor de alimentos e bebidas dedicados à exportação apresentaram crescimento significativo desse tipo de trabalhador.

A região Sudeste, que abrigou grande parcela de pessoas, apresentou diferenças significativas entre os setores de atividade. O exemplo mais claro é o setor de produtos de couro, em que as empresas exportadoras reduziram o número de trabalhadores de baixa qualificação enquanto que as não-exportadoras, em sentido oposto, apresentaram crescimento significativo. Essa tendência indica que a produção de couros para exportação torna-se um ambiente mais favorável aos trabalhadores com melhor perfil de escolaridade.

Mas, apreende-se de toda a dinâmica o fato de que os setores que se apresentaram como possíveis atrativos de empregos, no caso aqueles cujas empresas vinculam-se ao comércio exterior, não representaram um ambiente favorável aos trabalhadores, ou seja, não produziram alterações positivas quanto ao perfil do emprego. Nesse contexto, podem-se fazer algumas considerações a respeito da variação da renda dos trabalhadores de baixo grau de escolaridade.

Tabela 12

Variação percentual do rendimento médio real, dos trabalhadores analfabetos e com ensino fundamental, completo e incompleto, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por região e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	5,1	7,7	4,8	7,2	9,1	6,0
	Produtos alimentícios e bebidas	-18,5	7,6	-9,6	-1,5	2,2	-3,7
	Preparação e fabricação de artigos em couros	1,0	1,4	-1,3	3,2	7,8	-1,4
	Produtos químicos, borracha e plástico	-30,7	-14,5	-7,7	-2,8	-0,2	-8,0
	Fabricação e montagem de veículos	-11,3	4,5	3,8	14,2	37,7	3,0
	Total	-7,9	5,7	-4,6	3,8	7,2	-2,0
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	6,2	5,8	-0,6	3,9	5,6	0,3
	Produtos alimentícios e bebidas	-5,0	4,5	-3,8	1,3	3,9	-1,2
	Preparação e fabricação de artigos em couros	0,8	-2,9	3,4	4,2	6,7	5,8
	Produtos químicos, borracha e plástico	-7,7	-1,4	-1,5	3,1	2,0	-1,9
	Fabricação e montagem de veículos	-2,4	2,2	-0,9	-6,2	14,7	-1,0
	Total	-3,4	4,2	-1,7	2,1	5,6	-0,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Nota: O rendimento real, para 2002, foi calculado a partir do INPC

A remuneração do pessoal com baixo nível de escolaridade é uma variável importante para entender o movimento de alterações no perfil do emprego, entre empresas exportadoras e não-exportadoras.

Nesse ponto cabe ressaltar que, em média, o pessoal admitido nas empresas exportadoras, apresentou uma perda real nos salários, indicando que esse tipo de empresa não se mostrou favorável aos seus empregados. Claro que há diferenças entre os setores de atividade, como é o caso da produção agrícola e de automóveis. Os trabalhadores que estão em melhores condições, relativamente aos dois tipos de empresa, são aqueles que se encontram nos segmentos destinados ao mercado interno.

No caso da agricultura de exportação, como pode ser observado na tabela 6, o crescimento da renda média real foi positivo, indicando que apesar do emprego de pessoal com baixa escolaridade, esse obteve rendas superiores aos anos anteriores. Esse fato guarda íntima relação com a política do governo de valorização do salário-mínimo e suas razões serão melhores explicadas quando se analisar a dinâmica do crescimento da renda por tamanho de estabelecimento.

Mas há algumas diferenças regionais como, por exemplo, a região Centro-Oeste, que apresentou as maiores taxas de crescimento da renda real. Vale destacar que o Sudeste, apesar de empregar o maior número de trabalhadores desse perfil, foi a região que apresentou as menores taxas, entre as empresas exportadoras. Entre as não-exportadoras, a tendência se confirma; esta última região apresentou perdas salariais reais aos seus trabalhadores.

O setor de montagem e fabricação de automóveis, ligado ao comércio exterior, indicou ganhos salariais para os trabalhadores com esse nível de escolaridade, mostrando-se mais favorável que o ligado ao mercado interno. As empresas exportadoras desse setor apresentaram crescimentos positivos da renda real para todas as regiões brasileiras, com

exceção do Norte, cuja queda percentual foi de 11%. Assim como o Norte, o Sudeste e o Sul configuraram perdas reais aos trabalhadores das empresas não-exportadoras. Em suma, esses dois setores foram os que se mostraram contrários ao movimento de piora no perfil do emprego entre as empresas exportadoras.

Os outros setores que se estão analisando enquadraram-se no argumento central do estudo. As empresas exportadoras desses setores apresentaram resultados desfavoráveis aos seus trabalhadores, com taxas negativas do crescimento da renda média real. Portanto, cabe ressaltar que a tendência de ampliação do volume de emprego entre as empresas exportadoras, sem a modificação para melhor do perfil do emprego, mais uma vez tornou-se visível.

Mais precisamente no setor de produtos químicos, em que se observaram quedas significativas da renda real para todas as regiões do Brasil, os empregados das empresas exportadoras encontraram-se em uma posição desfavorável, comparativamente às empresas não-exportadoras desse mesmo setor, mesmo que essas também tenham apresentado crescimentos negativos da renda, com exceção das regiões Sul e Centro-Oeste.

Ademais, cabe ressaltar que a produção de alimentos e bebidas também confirma a tese de que o crescimento do emprego, *per se*, não necessariamente traz melhores condições de trabalho. Nesse caso o que se pode notar é que há uma tendência de queda de rendimentos e que apenas as regiões Nordeste e Centro-Oeste escaparam desse movimento de depreciação real dos salários, entre as empresas exportadoras.

No caso da produção de artigos em couro, as empresas exportadoras ficaram na frente das não-exportadoras quanto ao crescimento da renda média do pessoal de baixa escolaridade apenas nas regiões Norte e Nordeste, onde o crescimento do emprego mostrou-se positivo. O que ocorre é reiteração da tendência à contratação de pessoal com baixa qualificação e de baixa remuneração.

Por fim, deve-se fazer uma comparação entre empresas exportadoras e não-exportadoras quanto ao vínculo dos trabalhadores, que é uma variável que funciona como indicador das condições do perfil do emprego. Para refrescar a memória, esta variável mede, em anos, o tempo de permanência do trabalhador em seu posto de trabalho. Vale dizer que quanto maior for o valor, melhor é a situação do trabalhador, pois indica que o empregado permanece por mais tempo no emprego, o que significa melhores condições para ele.

O que se pode perceber é que em relação ao tempo de permanência do trabalhador em seu posto de trabalho, as empresas exportadoras apresentam relativamente os melhores indicadores. Seus trabalhadores ficam em média 4,1 anos no emprego enquanto que nas não exportadoras a média gira em torno de 3,2 anos.

Tabela 13
Tempo de vínculo dos trabalhadores, em anos, entre empresas exportadoras e não exportadoras, por região e por setor de atividade, 2005

		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	1,9	3,1	3,4	3,7	2,4	3,2
	Produtos alimentícios e bebidas	2,5	3,6	4,3	4,2	2,5	3,9
	Preparação e fabricação de artigos em couros	1,2	2,6	3,3	3,8	2,1	3,2
	Produtos químicos, borracha e plástico	3,1	5,2	5,9	4,4	3,2	5,4
	Fabricação e montagem de veículos	4,4	3,7	7,0	4,7	2,9	6,4
	Total	2,5	3,3	4,7	4,1	2,5	4,1
Não-exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3,7	3,7	3,8	4,6	3,9	3,9
	Produtos alimentícios e bebidas	2,5	3,3	3,5	3,1	2,3	3,2
	Preparação e fabricação de artigos em couros	1,6	1,8	2,0	1,8	2,0	1,9
	Produtos químicos, borracha e plástico	2,4	3,5	3,4	2,7	2,4	3,2
	Fabricação e montagem de veículos	3,7	2,9	3,3	3,2	2,8	3,3
	Total	2,8	3,3	3,4	2,9	2,8	3,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Esse fato mostra-se como um ponto positivo para as empresas exportadoras, indicando que os empregados têm maior estabilidade no emprego. No entanto, algumas diferenças podem ser observadas quando se analisam as esferas regional e setorial. No âmbito regional, as empresas exportadoras do Sudeste mostraram-se mais favoráveis aos trabalhadores que as não-exportadoras.

O Sudeste, entre as empresas exportadoras, foi um dos responsáveis pelos maiores tempos de vínculo do Brasil, merecendo destaque para os setores de produtos químicos e de veículos cujos valores foram 5,9 e 7 anos, respectivamente, para o ano de 2005.

A região Norte e a região Centro-Oeste foram as que apresentaram os menores valores, propiciando condições mais desfavoráveis aos trabalhadores. Esse fato pode ser observado tanto para as empresas ligadas quanto para as não ligadas ao comércio internacional; porém, nota-se uma pequena vantagem relativa para as empresas não-exportadoras em que o setor que mais contribuiu para essa vantagem foi o da agricultura. A agricultura de exportação nessas duas regiões foi a que apresentou os menores valores em tempo de vínculo.

A agricultura não-exportadora mostrou-se relativamente mais favorável aos trabalhadores formais que aquela destinada à exportação, indicando um movimento contrário ao fato de que as empresas exportadoras apresentam maiores tempos de vínculo entre os trabalhadores formais.

Por fim, a região Sul, quando se comparam os dois tipos de empresas, apresentou valores relativamente maiores para as exportadoras, com exceção apenas do setor agrícola, cujo tempo de vínculo mostrou-se relativamente superior para as não-exportadoras.

Em síntese, o que se percebe, quando se olha para o tempo de permanência do trabalhador formal em seu posto de trabalho, é o fato de que as empresas exportadoras

mostraram-se mais favoráveis à estabilidade do tempo de emprego que as não-exportadoras. No entanto, o setor agrícola não seguiu a regra, indicando que as empresas destinadas ao mercado interno apresentaram melhores condições, relativamente, para o perfil do emprego de seus trabalhadores.

Capítulo 3 – A questão do tamanho do estabelecimento e a geração de emprego formal nos setores de atividade da economia

Este Capítulo tem por objetivo estudar e analisar a dinâmica da geração de emprego entre as empresas exportadoras e não-exportadoras, por meio de um recorte setorial e por tamanho de estabelecimento. Deve-se entender qual tamanho de empresa está proporcionando um aumento no número de empregos e qual o perfil desses novos postos de trabalho.

Para isso, foram criadas algumas classes na base de dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para a definição do tamanho de empresa. Classificaram-se como microempresas as que possuem de 1 a 9 empregados, pequenas empresas as de 10 a 99 empregados, médias empresas as de 100 a 499 empregados e grandes empresas aquelas que possuem mais de 500 empregados¹³.

Tabela 14

Variação percentual do número de trabalhadores entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de empresa e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	12,4	24,2	24,0	43,4	19,2
	Produtos alimentícios e bebidas	5,5	1,7	0,8	48,8	29,5
	Preparação e fabricação de artigos em couros	8,5	-17,9	1,6	35,9	15,4
	Produtos químicos, borracha e plástico	8,3	6,2	7,7	24,2	11,6
	Fabricação e montagem de veículos	14,7	1,9	18,3	43,1	34,4
	Total	12,2	15,3	8,7	42,3	21,9
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	8,1	1,9	-3,4	3,7	1,9
	Produtos alimentícios e bebidas	10,6	19,6	12,7	29,1	18,1
	Preparação e fabricação de artigos em couros	13,3	33,6	3,6	-77,4	9,5
	Produtos químicos, borracha e plástico	9,3	24,2	21,8	59,8	22,0
	Fabricação e montagem de veículos	2,4	13,2	41,3	2,8	15,7
	Total	9,8	19,5	11,8	8,6	14,4

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Como apresentado no Capítulo anterior, de modo geral as empresas exportadoras empregaram mais trabalhadores que as não-exportadoras. A única exceção foi o setor de produtos químicos, em que as não-exportadoras empregaram, relativamente, maior número de trabalhadores.

As empresas de grande porte, no período estudado, foram as responsáveis pela maior parcela das exportações e apresentaram as maiores taxas de crescimento em valor

¹³ Esses tamanhos de empresa foram assim classificados para melhor se aproximarem da denominação encontrada nos dados da SECEX sobre exportação; no entanto, entende-se que a chamada pequena empresa poderia receber a titulação de pequena-média empresa e a média deveria ser denominada de média-grande empresa.

exportado. No que tange à geração de emprego, esse tamanho de empresa também se mostrou favorável para aquelas que estão ligadas ao comércio internacional.

O que se pode observar é que as taxas de crescimento entre as grandes empresas exportadoras foram as maiores, independentemente do setor. As maiores taxas foram de responsabilidade dos setores de produtos alimentícios e da agricultura. Mas, vale destacar que a menor taxa de crescimento, obtida pelo setor de produtos químicos, plásticos e borrachas, foi superior a 24%, o que indica que as grandes empresas exportadoras responderam por grande parte do crescimento do número de empregados, aproximadamente 290 mil trabalhadores.

O setor exportador de alimentos e bebidas foi responsável pela maior taxa, 48,8%, o que representa o aumento de mais de 142 mil postos de trabalho entre as grandes empresas. Os outros tamanhos de empresa apresentaram baixas taxas de crescimento, o que indica que nesse setor, ligado às exportações, o nível de emprego foi alavancado pelas grandes empresas. O setor não-exportador também apresentou crescimento, porém, pouco inferior.

As empresas exportadoras ligadas à agricultura foram responsáveis pela criação de mais de 159 mil postos de trabalho formal, contra apenas 5 mil das empresas não-exportadoras. O maior crescimento relativo, no número de trabalhadores, foi obtido pelas grandes empresas. As micro, pequenas e médias empresas foram as que apresentaram as menores taxas, porém representaram, juntas, a geração de mais de 130 mil postos de trabalho formal.

No que tange à preparação e fabricação de artigos em couro, o que se pode observar é que as empresas exportadoras empregaram, relativamente, mais trabalhadores que as não-exportadoras. Esse movimento deve-se principalmente pelo crescimento elevado entre as grandes empresas, que mais uma vez foi responsável pelas maiores taxas. No entanto, vale ressaltar que as pequenas empresas exportadoras não se mostraram favoráveis ao incremento no emprego, apresentando uma queda de 17,9%.

Nesse setor o que mais se mostra peculiar é o movimento de crescimento do emprego entre as empresas exportadoras, de elevado valor para as grandes e de valor negativo para as pequenas. Tal movimento mostra-se de maneira totalmente oposta para as empresas não-exportadoras, em que se verifica uma taxa de crescimento elevada para as empresas de pequeno porte e uma taxa negativa (-77%) para as de grande porte.

O setor de produtos químicos foi o único que se mostrou mais favorável entre as empresas não-exportadoras; estas, para qualquer tamanho de empresa, apresentaram crescimento relativo superior às exportadoras. Dá-se destaque para a grande empresa não-exportadora, cujo crescimento foi de 59,8%.

Quando se comparam os números do setor de montagem e produção de veículos, o que se pode observar é que as grandes e as micro empresas foram as que mais contribuíram para o aumento no nível de emprego, isso dentre as exportadoras. Já quanto as não-exportadoras o que se nota é a maior participação das pequenas e médias empresas.

Em síntese, a grande empresa foi a responsável pelo maior crescimento no número de empregos, mais de 300 mil postos de trabalho. Vale destacar que a grande empresa exportadora foi responsável por quase 95% do total do emprego gerado, entre as grandes empresas. No entanto, deve-se entender qual o perfil do emprego gerado, o que leva a uma análise dos indicadores apresentados no capítulo anterior, porém, neste ponto, com o recorte por tamanho de empresa.

A primeira questão que se coloca diz respeito à evolução da renda real dos trabalhadores, entre as empresas exportadoras e as não exportadoras, dando destaque para as diferenças entre os setores e os tamanhos de empresa. De um modo geral, como já apresentado no capítulo anterior, as empresas exportadoras mostraram-se menos favoráveis aos trabalhadores nesse ponto. No entanto, o que se deve observar é que há grandes diferenças entre os vários tamanhos de estabelecimento.

Tabela 15

Variação percentual do rendimento médio real, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de empresa e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	6,8	6,1	9,5	-1,5	7,1
	Produtos alimentícios e bebidas	-3,9	-3,5	-4,1	-1,3	-5,8
	Preparação e fabricação de artigos em couros	17,9	2,4	0,7	-8,5	-4,0
	Produtos químicos, borracha e plástico	-9,9	-4,4	5,0	-9,0	-0,9
	Fabricação e montagem de veículos	6,9	5,7	-4,1	-6,3	-3,9
	Total	5,7	-3,2	1,0	-7,0	-1,0
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-1,4	-4,7	-6,8	0,6	-3,1
	Produtos alimentícios e bebidas	0,6	-1,9	2,0	15,4	3,7
	Preparação e fabricação de artigos em couros	1,9	2,1	3,7	12,7	1,9
	Produtos químicos, borracha e plástico	-1,0	-4,5	-2,6	-6,1	-3,3
	Fabricação e montagem de veículos	-0,4	-1,9	-10,3	-16,4	-8,1
	Total	-0,4	-3,1	0,2	6,5	-0,4

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Nota: O rendimento real, para 2002, foi calculado a partir do INPC

As grandes empresas exportadoras, cujo crescimento em número de empregados foi o maior de todos, mostraram-se as mais desfavoráveis aos trabalhadores, no sentido em que elas apresentaram as maiores quedas reais na renda. Há, portanto, uma dinâmica de crescimento elevado do emprego sem que este seja acompanhado por melhores condições, implicando assim em mudanças negativas no perfil do emprego gerado.

Quando se toma como base de comparação as grandes empresas, o ponto que deve ser observado é o fato de que, entre as empresas exportadoras, todos os setores de atividade apresentaram perdas reais, no que tange a renda real dos trabalhadores. Vale destacar que as maiores quedas ocorreram entre os setores de produtos químicos e o setor de preparação e produção de artigos em couro.

Ainda com relação as grandes empresas, nota-se que a situação dos trabalhadores nos setores não ligados às exportações, em média, é melhor. Há, no geral, um aumento real na remuneração dos seus trabalhadores, fato esse só não observado entre os setores de produtos químicos e de automóveis, cujas remunerações sofreram perdas reais. No entanto, as grandes empresas exportadoras, ligadas ao setor de produtos químicos, obtiveram maiores perdas que as não-exportadoras.

Numa visão ampla, as grandes empresas foram as grandes responsáveis pelas perdas salariais reais. Isto implica que há uma tendência de aumento do número de trabalhadores com remunerações mais baixas, indicando que o trabalhador formal, principalmente entre as empresas exportadoras, tem presenciado modificações negativas no perfil do seu emprego.

O movimento que se observa entre as grandes empresas não pode ser encontrado com tanta frequência para os outros portes de empresa. Há diferenças significativas entre eles e entre os setores em que se encontram.

As micro-empresas apresentaram tendências diferenciadas das empresas de grande porte pois, de modo geral, aquelas ligadas ao comércio externo apresentaram aumentos reais salariais, porém as diferenças setoriais são visíveis.

Os ganhos reais de rendimentos encontram-se, entre as micro-empresas exportadoras, nos setores agrícola e no de fabricação e montagem de automóveis. A produção de artigos em couro somada ao setor de alimentos e bebidas também apresentaram valorizações reais dos rendimentos, porém entre as empresas não-exportadoras.

Quanto às pequenas empresas, de modo geral, há certa equidade entre exportadoras e não-exportadoras, ambos os tipos de empresa apresentam perdas reais, porém com diferenças setoriais. As pequenas empresas dos setores de exportação de alimentos e bebidas e de produtos químicos apresentaram desvantagens aos trabalhadores, proporcionando quedas superiores a 3,5% nos salários reais. As empresas de mesmo tamanho para os setores não-exportadores apresentaram taxas negativas de crescimento para todos os setores, com exceção da produção de artigos de couro.

Por fim, as médias empresas, tanto as dedicadas às exportações quanto as não, obtiveram crescimentos reais na renda média; no entanto, os trabalhadores das médias empresas exportadoras encontraram-se em condições, suavemente, mais favoráveis. Dentre estas, aquelas que pertencem aos setores de bebidas e de automóveis propiciaram condições negativas aos salários de seus trabalhadores, ambas com perdas de 4,1%.

O destaque entre esse tamanho de empresa refere-se à agricultura de exportação, que apresentou crescimento real da renda de mais de 9%. Quanto aos setores não exportadores, o que pode observar é a grande queda de mais de 10% na renda real dos trabalhadores ligados à produção e montagem de veículos.

A conclusão que se pode tirar dessa dinâmica é a perda real dos salários dos trabalhadores inseridos no âmbito da grande empresa exportadora. Isso implica em uma reiteração da tendência de queda real dos salários dos empregados desse porte de empresa, indicando, assim, que essas empresas mostram-se mais desfavoráveis ao perfil do emprego formal.

Sabe-se que a renda média real das empresas que apresentaram as maiores taxas de crescimento do número de trabalhadores caiu de forma acentuada, porém faz-se *mister* entender o comportamento do crescimento do emprego de trabalhadores com maior capacidade de aprendizagem, que aqui são considerados como os que possuem ensino médio completo.

O aumento na participação de trabalhadores com ensino médio completo mostrou-se superior, em média, para as empresas não-exportadoras, indicando que estas buscam pessoal mais qualificado e com mais oportunidades de aprendizagem, sendo considerados mais aptos a mudanças no processo de produção.

Tabela 16

Variação da participação dos trabalhadores com ensino médio completo, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, tamanho de empresa e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	2,5	2,5	3,8	1,7	2,6
	Produtos alimentícios e bebidas	1,8	4,9	6,1	4,3	3,8
	Preparação e fabricação de artigos em couros	7,3	5,8	6,3	10,5	8,9
	Produtos químicos, borracha e plástico	2,1	7,1	8,6	9,2	8,5
	Fabricação e montagem de veículos	10,4	8,9	14,8	8,3	10,0
	Total	2,5	2,8	7,2	6,1	5,5
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	4,9	3,1	2,4	4,4	3,6
	Produtos alimentícios e bebidas	8,8	7,4	9,6	7,5	8,1
	Preparação e fabricação de artigos em couros	7,0	7,0	10,8	1,7	6,5
	Produtos químicos, borracha e plástico	9,2	8,8	11,0	17,4	9,5
	Fabricação e montagem de veículos	8,1	10,0	11,6	-0,4	8,4
	Total	8,0	7,5	9,6	5,5	7,7

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

O movimento geral de aumento na participação dos empregados mais qualificados dá-se de forma mais intensa para as micro, pequenas e médias empresas não-exportadoras. A grande empresa exportadora apresentou um crescimento levemente superior à não-exportadora, alavancado pelos setores de produção de artigos de couro e pela fabricação de veículos. Estes setores, entre as grandes empresas, foram os únicos que se mostraram superiores aos não-exportadores.

As grandes empresas exportadoras do setor de couros foram as que apresentaram as maiores variações de participação dos trabalhadores qualificados, mais de 10%. Em contraposição, o mesmo setor, mas ligado ao mercado interno, apresentou uma das menores taxas.

Um ponto importante que deve ser destacado é o fato de que a grande empresa exportadora, ligada ao setor agrícola, cuja taxa de crescimento do número total de empregados foi uma das maiores, apresentou, de forma contrária, uma das menores taxas de variação da participação de trabalhadores com ensino médio completo, o que indica que há certa tendência na contratação de pessoal menos qualificado.

No que tange ao comportamento das micro-empresas para alterações na participação desse tipo de trabalhador, o que se pode notar é que há fortes indicativos de que as empresas não-exportadoras privilegiam sua contratação, indicando que o perfil do emprego toma proporções mais favoráveis entre esse tipo de empresa. As diferenças entre as micro-empresas exportadoras e as não-exportadoras são setoriais, porém, quando a vantagem se dá para as primeiras, essa não é muito relevante, como é o caso dos setores de couro e de veículos.

Já com relação às pequenas empresas, quando se comparam as variações na participação do pessoal com nível de escolaridade elevado, o que se nota é que em todos os setores as empresas não-exportadoras mostram variações superiores. Merecem destaque os setores de produtos químicos e de montagem e de fabricação de veículos cujas variações perfizeram os valores 8,8% e 10%, respectivamente.

As médias empresas seguiram a mesma tendência; a maioria dos setores de atividade ampliou a participação dos trabalhadores mais qualificados. As únicas exceções foram os setores referentes à agricultura e à produção e montagem de automóveis, em que o aumento dessa participação foi maior entre as empresas exportadoras. Vale destacar que, na média, as empresas de médio porte ligadas ao comércio interno foram as que buscaram com mais ímpeto o emprego de pessoal qualificado, aumentando sua participação no total de seus trabalhadores.

A tendência de empregar trabalhadores com ensino médio completo, *per si*, não explica a dinâmica de melhora na qualidade do emprego, esta deve ser entendida, também, pela análise do crescimento da renda média dos trabalhadores com esse perfil. Isso possibilita a compreensão do desenrolar nas alterações do perfil do emprego.

O capítulo anterior mostrou que há uma queda acentuada na renda real do pessoal com grau de escolaridade pouco superior. Tal movimento também pode ser observado quando se toma como base os tamanhos das empresas, o que indica que esse é um movimento geral da renda dos trabalhadores com esse nível de escolaridade.

Tabela 17

Varição percentual do rendimento médio real dos trabalhadores com ensino médio completo, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de empresa e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-4,0	-8,2	-10,6	-12,9	-8,2
	Produtos alimentícios e bebidas	-11,2	-13,0	-13,3	-15,4	-15,7
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-10,3	-10,2	-13,3	-22,1	-18,5
	Produtos químicos, borracha e plástico	-14,6	-15,3	-6,5	-17,2	-11,4
	Fabricação e montagem de veículos	-0,4	-5,4	-13,1	-13,1	-12,3
	Total	-14,6	-15,2	-10,1	-17,0	-14,2
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-19,3	-20,6	-14,5	-13,8	-16,9
	Produtos alimentícios e bebidas	-2,9	-9,1	-9,6	5,0	-4,9
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-1,7	-5,0	-9,4	-14,7	-10,6
	Produtos químicos, borracha e plástico	-6,7	-12,2	-17,2	-11,0	-13,0
	Fabricação e montagem de veículos	-4,9	-8,7	-16,9	-14,6	-15,8
	Total	-8,3	-12,4	-13,5	-3,5	-11,1

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Nota: O rendimento real, para 2002, foi calculado a partir do INPC

A grande empresa exportadora foi a responsável pelo maior incremento do pessoal qualificado, porém, como se pode observar, ela foi a responsável pelas maiores quedas dos salários reais desse perfil de trabalhador, o que reforça a idéia de que o crescimento do emprego do volume de empregos não está associado a melhores condições de trabalho.

O setor produtor de artigos em couro corresponde a uma das maiores taxas de incremento do pessoal com ensino médio completo, todavia, esse também apresentou a maior queda real de todas, no que tange a renda média das empresas exportadoras. Acredita-se que essas empresas procuram empregados com maior nível de escolaridade e lhes destinam piores remunerações, utilizando-se, assim, de uma política de degradação de salários para manter ou ampliar suas participações no comércio externo.

Dentre as empresas de grande porte, o único setor que se mostrou favorável aos trabalhadores foi o produtor de alimentos e bebidas, cujas remunerações médias tiveram incrementos de 5%, o que significa ganhos reais na renda.

As micro-empresas exportadoras também apresentaram perdas reais salariais superiores às das não-exportadoras. No entanto, há alguns casos em que estas últimas proporcionaram quedas maiores que as primeiras, como a agricultura, a pecuária e a fabricação de automóveis. Cabe salientar que em todos os setores, exportadores ou não, as remunerações reais sofreram quedas.

A respeito das pequenas empresas o que se percebe é uma colagem da tendência anterior, pois foram os mesmos setores que se mostraram menos desfavoráveis, relativamente entre exportadoras e não-exportadoras, isto é, a agricultura com uma queda elevada de mais de 20% e o setor de veículos automotores com uma queda de 8,7% na renda real.

As médias empresas exportadoras, em sentido inverso, situaram-se em um quadro menos desfavorável, porém também apresentaram quedas significativas na renda dos trabalhadores. O ponto que deve ser levantado é o fato de que os setores de couros e bebidas, ligados às exportações, apresentaram menores quedas da renda que os destinados ao mercado interno, mas, no entanto, esses mesmos setores foram os responsáveis pelas menores taxas de incremento na participação do pessoal com ensino médio completo.

Assim como no Capítulo 2, outro indicador das mudanças na qualidade do emprego é a variação do número de trabalhadores com baixa qualificação. Como explicado, os valores maiores referem-se a alterações negativas, pois há uma depreciação da qualificação dos trabalhadores no sentido em que se privilegiam o emprego de pessoas com baixa escolaridade em detrimento do pessoal mais qualificado.

Tabela 18

Varição do número de trabalhadores analfabetos e com ensino fundamental, completo e incompleto, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de estabelecimento e por setor de atividade (%), 2002 - 2005.

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	6,9	18,3	19,0	41,5	13,6
	Produtos alimentícios e bebidas	-2,3	-12,9	-14,9	36,7	19,1
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-8,3	-25,4	-11,6	9,9	-3,6
	Produtos químicos, borracha e plástico	7,6	-13,8	-22,7	-12,6	-18,1
	Fabricação e montagem de veículos	-11,6	-22,2	-19,1	17,9	3,9
	Total	6,8	9,5	-7,9	27,1	9,9
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	-2,8	-4,4	-8,7	-4,2	-5,2
	Produtos alimentícios e bebidas	-6,3	3,3	-6,9	12,5	1,2
	Preparação e fabricação de artigos em couros	0,6	17,5	-16,9	-78,2	-3,0
	Produtos químicos, borracha e plástico	-8,8	4,3	-7,2	2,1	0,0
	Fabricação e montagem de veículos	-13,0	-5,9	10,2	9,2	-1,4
	Total	-5,6	3,5	-7,8	-1,1	-1,3

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

As diferenças entre exportadoras e não-exportadoras são evidentes. As primeiras privilegiaram o emprego de pessoas com baixa qualificação indicando, assim, que há uma

forte tendência de degradação do emprego formal entre as empresas exportadoras; no entanto, essa tendência deve ser analisada no âmbito do tamanho das empresas.

A grande empresa exportadora é a caracterização perfeita do argumento que o presente estudo defende, pois esta apresentou os maiores índices referentes ao crescimento do número total de empregados, o que certamente tenderia a classificá-las como grande oportunidade de melhores condições de trabalho. Porém, como se pode observar na tabela 12 o grande crescimento do emprego é impulsionado pelos trabalhadores de baixa qualificação, o que significa que esse tipo de empresa tende a confirmar a dimensão precária e desfavorável do mercado formal de trabalho, entre as empresas exportadoras.

Os setores que mais contribuíram para esse crescimento foram os setores agrícolas e o de alimento e bebidas, este último empregou mais de 72 mil trabalhadores com esse nível escolar. As únicas empresas dedicadas às exportações que apresentaram queda no pessoal de baixa escolaridade foram as do setor de produtos químicos de borrachas e plásticos.

As micro-empresas não fugiram à regra, pois entre as exportadoras o crescimento desses trabalhadores também foi maior que nas não-exportadoras, com exceção apenas da produção de couros, em que se observou uma queda significativa do pessoal menos qualificado.

Dentre as micro-empresas não-exportadoras o que vale destacar é o fato de que apenas o setor de couros apresentou crescimento desses trabalhadores. Nos outros setores o que se observou foi uma tendência de diminuição do número de trabalhadores desse perfil, com foco especial sobre a fabricação e montagem de veículos que apresentou uma redução elevada.

As pequenas empresas exportadoras apresentaram um elevado crescimento desse tipo de empregado devido ao crescimento do setor agrícola, que foi responsável pela criação de mais de 40 mil postos de trabalhos de baixo perfil. Os outros setores apresentaram quedas significativas no número de trabalhadores menos qualificados, dando destaque especial para o da fabricação de couros e o de veículos para exportação, observando-se em ambos quedas de mais de 20%.

Quanto às empresas não-exportadoras de pequeno porte, deve-se atentar ao fato de que a produção de couro foi uma grande incorporadora de pessoal com baixo nível de escolaridade, indicando que o setor dedicado ao mercado interno é responsável por mudanças negativas no perfil do emprego gerado.

No que diz respeito às médias empresas exportadoras o que se tem é uma dinâmica de crescimento elevado do número de trabalhadores com, no máximo, ensino fundamental. No

setor agrícola houve um aumento de 19% no número desses empregados. Essa mesma dinâmica é observada no setor de veículos ligado ao mercado interno, porém em menores proporções, cerca 10%.

Em resumo, na maioria dos setores, tem-se que há uma forte tendência de aumento no número de pessoas de baixa qualificação, principalmente entre as grandes empresas, com exceção apenas da produção de químicos, plásticos e borrachas. Porém, a análise não deve se pautar apenas no crescimento do número de trabalhadores, deve-se entender qual a dinâmica do crescimento real da renda desse pessoal com baixa escolaridade.

Tabela 19

Varição percentual do rendimento médio real, dos trabalhadores analfabetos e com ensino fundamental, completo e incompleto, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de estabelecimento e por setor de atividade, 2002 - 2005

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	6,1	5,8	5,6	-1,3	6,0
	Produtos alimentícios e bebidas	-17,9	-5,5	-3,6	0,1	-3,7
	Preparação e fabricação de artigos em couros	-0,9	5,6	3,5	-6,4	-1,4
	Produtos químicos, borracha e plástico	-25,6	-8,4	-0,6	-19,3	-8,0
	Fabricação e montagem de veículos	4,5	3,8	2,0	-1,9	3,0
	Total	5,6	-1,2	-3,8	-7,2	-2,0
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	2,4	0,2	-4,1	2,8	0,3
	Produtos alimentícios e bebidas	0,0	-0,5	-5,1	1,5	-1,2
	Preparação e fabricação de artigos em couros	3,0	3,1	5,9	43,0	5,8
	Produtos químicos, borracha e plástico	-1,7	-2,4	-0,3	-12,9	-1,9
	Fabricação e montagem de veículos	1,7	-1,3	-1,8	-8,9	-1,0
	Total	0,3	-0,9	-2,0	3,4	-0,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Nota: O rendimento real, para 2002, foi calculado a partir do INPC

Esse indicador dá a idéia do comportamento da renda média real dos trabalhadores analfabetos e/ou com, no máximo, ensino fundamental completo; ele indica, assim, qual a dinâmica de alterações do perfil do emprego entre esses trabalhadores.

O que se pode perceber é que, além de ocorrer um aumento no número de trabalhadores com baixa qualificação entre as grandes empresas exportadoras, há uma queda acentuada na renda real dos seus empregados. Ademais, vale destacar que apenas o setor de bebidas e alimentos mostrou estabilidade com relação às alterações na renda real, não significando perdas nos rendimentos.

Outro ponto que deve ser observado, ainda com relação às grandes empresas exportadoras, é que apesar do número de pessoas com baixa qualificação ter diminuído significativamente no setor de produtos químicos, indicando uma possível melhora no perfil do emprego gerado, notou-se uma elevada perda real no rendimento médio dos trabalhadores analfabetos ou com, no máximo, ensino fundamental completo que permaneceram no setor.

Já com relação às grandes empresas dedicadas ao mercado interno, nota-se que a tendência é contrária, pois o pessoal com baixa escolaridade, em média, obteve certo incremento na renda real. Mas essa dinâmica não se dá em todos os setores de atividade, pois enquanto os setores agrícola, de produtos alimentícios e de artigos em couro apresentaram ganhos reais na remuneração dos trabalhadores desse perfil, os setores de produtos químicos e de automóveis apresentaram quedas significativas na renda dessas pessoas. Ademais, merece destaque a produção de artigos em couro, pois os ganhos reais na renda foram da ordem de 40%.

As micro-empresas exportadoras mostraram-se mais favoráveis aos trabalhadores que as não-exportadoras. Porém, algumas diferenças setoriais devem ser ressaltadas como a queda real dos rendimentos dos trabalhadores dos setores de alimentos e bebidas e de produtos químicos, cujos valores foram 17,9% e 25,6%, respectiva e significativamente. Dentre as não exportadoras houve certo equilíbrio, pois os incrementos na renda ou foram nulos ou se deram de forma muito branda. O único setor que apresentou perdas reais foi o dos produtos químicos.

No que diz respeito às pequenas empresas vale destacar que essas seguiram as tendências gerais, isto é, apresentaram piores resultados entre as exportadoras, com destaque para a produção de bebidas e alimentos e de produtos químicos cujas quedas reais mostraram-se relevantes. Um ponto importante que deve ser levantado é o fato de que a pequena empresa ligada à agricultura de exportação indicou um caminho de valorização da renda dos trabalhadores de baixa qualificação.

Assim como as pequenas empresas exportadoras, as de médio porte seguiram pelo mesmo caminho, porém devem-se salientar as peculiaridades daquelas voltadas para o mercado interno, onde se verificaram perdas reais significativas na renda dos empregados dos setores agrícola e de produtos alimentícios.

Para aprofundar a questão da remuneração entre os trabalhadores com baixo nível de escolaridade, deve-se entender os efeitos da política de valorização dos salários mínimos sobre o perfil do emprego gerado, por tamanho de estabelecimento e por setores de atividade, para empresas exportadoras e não-exportadoras.

A idéia a ser compreendida é que há um movimento de colagem entre os aumentos salariais e os aumentos, relativos à política governamental de incremento do salário-mínimo auferido pelos trabalhadores. Pode-se perceber que os salários médios dos trabalhadores de baixa escolaridade seguem essa dinâmica de aproximação ao salário-mínimo.

Tabela 20

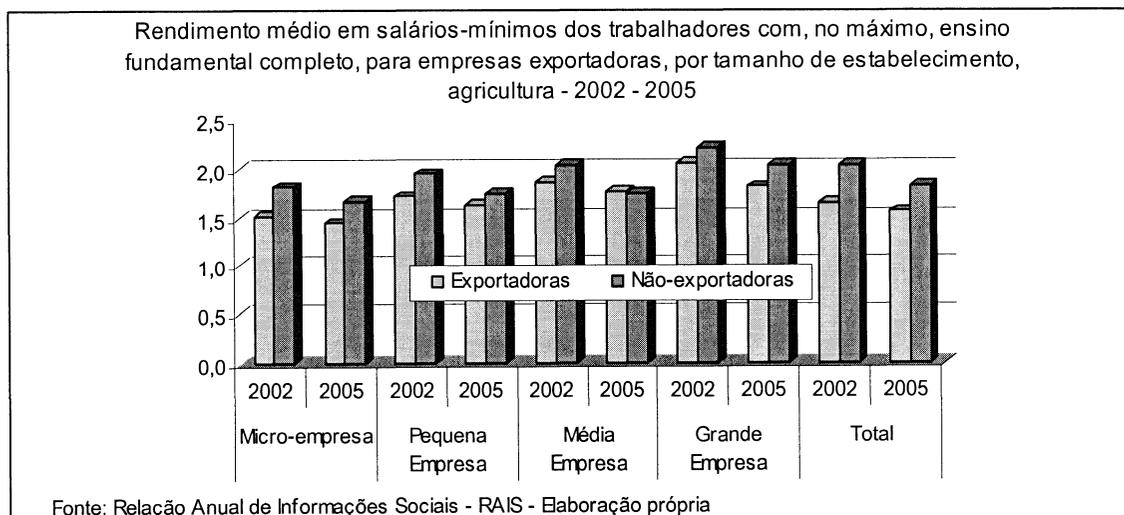
Rendimento médio em salários-mínimos, dos trabalhadores analfabetos e com ensino fundamental, completo e incompleto, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de estabelecimento e por setor de atividade, 2002 - 2005

	Micro-empresa		Pequena Empresa		Média Empresa		Grande Empresa		Total		
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	
Exportadoras	Agricultura	1,5	1,4	1,7	1,6	1,9	1,8	2,0	1,8	1,6	1,6
	Produtos alimentícios	3,0	2,2	2,8	2,3	3,0	2,6	2,3	2,1	2,5	2,2
	Artigos em couro	2,3	2,0	2,1	1,9	2,1	2,0	2,1	1,8	2,1	1,9
	Produtos químicos	3,8	2,6	3,9	3,2	4,2	3,7	6,4	4,6	4,6	3,8
	Veículos	3,7	3,5	3,8	3,5	4,8	4,4	7,9	6,9	6,6	6,1
	Total	1,5	1,5	2,1	1,8	3,0	2,6	3,3	2,7	2,4	2,1
Não-exportadoras	Agricultura	1,8	1,7	1,9	1,7	2,0	1,7	2,2	2,0	2,0	1,8
	Produtos alimentícios	1,6	1,5	2,0	1,8	2,5	2,1	2,2	2,0	2,1	1,9
	Artigos em couro	1,7	1,5	1,8	1,7	1,8	1,7	1,5	1,9	1,8	1,7
	Produtos químicos	2,2	1,9	2,6	2,2	2,8	2,5	2,6	2,0	2,5	2,2
	Veículos	2,3	2,1	2,9	2,6	4,1	3,6	5,5	4,5	3,5	3,1
	Total	1,8	1,6	2,2	1,9	2,4	2,1	2,3	2,1	2,2	2,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

Percebe-se que para os setores de atividade escolhidos, as diferenças de rendimento em números de salários-mínimos são muito pequenas, isto representa que os salários médios dos trabalhadores formais convergem para o salário-mínimo indicando, assim, que a política de valorização dos salários-mínimos é fundamental para os reajustes salariais.

Gráfico 1



O exemplo mais claro dessa dinâmica é o setor agrícola que apresenta, para qualquer tamanho de estabelecimento, a colagem entre rendimentos médios e o salário mínimo. Isto representa que o movimento da remuneração ao longo dos anos tem grande relação com a política de valorização do salário-mínimo. Vale destacar que o movimento mostrou-se relativamente mais desfavorável às empresas não-exportadoras desse setor (Gráfico1).

Por fim, faz-se necessário entender a dinâmica do tempo de permanência do trabalhador, por tamanho de empresa e por setores de atividade, entre empresas exportadoras e não-exportadoras. Como mostrado no capítulo anterior, há certa vantagem para os trabalhadores das empresas exportadoras, com exceção apenas do setor agrícola, cujos valores do tempo de vínculo mostraram-se relativamente menores entre exportadoras e não-exportadoras.

Tabela 21

Tempo de vínculo dos trabalhadores, em anos, entre empresas exportadoras e não-exportadoras, por tamanho de estabelecimento e por setor de atividade, 2005

		Micro- empresa	Pequena Empresa	Média Empresa	Grande Empresa	Total
Exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	3,4	3,3	2,6	2,2	3,2
	Produtos alimentícios e bebidas	4,3	4,2	4,2	3,7	3,9
	Preparação e fabricação de artigos em couros	3,1	2,7	3,2	3,4	3,2
	Produtos químicos, borracha e plástico	4,2	4,5	5,2	6,4	5,4
	Fabricação e montagem de veículos	4,0	4,0	4,6	7,1	6,4
	Total	3,4	3,6	4,1	4,6	4,1
Não- exportadoras	Agricultura, pecuária e serviços relacionados	4,1	3,7	3,6	4,1	3,9
	Produtos alimentícios e bebidas	2,6	3,0	3,3	3,8	3,2
	Preparação e fabricação de artigos em couros	2,0	1,9	1,8	1,3	1,9
	Produtos químicos, borracha e plástico	2,8	3,1	3,6	4,4	3,2
	Fabricação e montagem de veículos	3,4	3,3	3,4	3,1	3,3
	Total	2,9	3,0	3,3	3,8	3,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais, 2002 - 2005

As empresas exportadoras mostraram-se mais favoráveis ao perfil do emprego, no sentido em que seus tempos de vínculos foram relativamente superiores aos das não-exportadoras, para qualquer tamanho de estabelecimento; mas há algumas diferenças setoriais que devem ser analisadas.

Quanto às micro-empresas o que se pode notar é que, com exceção do setor agrícola, as empresas exportadoras apresentam melhores condições de emprego pois, em média, estas apresentaram maiores possibilidades de estabilidade para os trabalhadores, em comparação aos empregados das não-exportadoras. Vale destacar que o setor agrícola de exportação apresentou relativamente menor tempo de serviço entre seus trabalhadores.

No que diz respeito às pequenas empresas o que se pode observar é que estas mostraram certa similaridade com o movimento das micro-empresas apresentando, apenas para o setor agrícola, vantagens relativas para as empresas não-exportadoras. Os setores de produtos químicos e de automóveis foram os que se mostraram relativamente mais favoráveis, pois apresentaram os maiores tempos de vínculo entre as pequenas empresas, ficando acima dos quatro anos.

A mesma dinâmica anterior pode ser observada também para as médias empresas, isto é, para todos os setores de atividades as empresas exportadoras mostraram-se mais favoráveis ao perfil do emprego do que as não-exportadoras, apenas com exceção do setor agrícola. Destaque especial deve-se dar ao setor exportador de produtos químicos, borracha e plásticos que apresentou um dos maiores tempos de vínculo, mais de cinco anos.

No que tange à grande empresa há algumas pequenas diferenças quanto aos outros tamanhos de empresa. Além de as empresas não-exportadoras do setor agrícola apresentarem melhores indícios que as exportadoras desse setor, o setor produtor de alimentos e bebidas também apresentou vantagens relativas para as empresas não-exportadoras, ainda que pequenas. Vale destacar que a grande empresa exportadora ligada aos setores de produtos químicos e de automóveis foram as responsáveis pelos maiores tempos de vínculo, perfazendo valores superiores a seis anos de permanência.

Ainda com relação às grandes empresas deve-se atentar ao fato de que as empresas exportadoras do setor agrícola mostraram-se como as mais desfavoráveis aos trabalhadores formais, pois apresentou o setor o valor de pouco mais de dois anos de tempo de permanência do empregado em seu posto de trabalho.

Conclusão

O Brasil, nos anos de 2002 a 2005, encontrou-se em meio a um cenário internacional de valorização dos preços das *commodities* e de aumento da demanda por esse tipo produto, principalmente devido ao efeito “China-Ásia”, o que alavancou seu setor exportador, principalmente por este ser, em grande medida, dependente da produção intensiva em trabalho e matérias-primas.

No entanto, deve-se atentar aos tipos de *commodities* que se exportam, se essas são produtos agrícolas, dependentes em grande medida ao efeito renda, ou seja, o crescimento mundial em que se observam aumentos na renda do mundo, alavancando o aumento da demanda por esses bens; ou se são produtos que dependem da dinâmica de crescimento industrial como é o caso dos produtos minerais.

O importante a se destacar é o fato de que esse movimento mostrou-se favorável às contas externas brasileiras no sentido em que o aumento das exportações e os sucessivos superávits comerciais propiciaram um melhor posicionamento do Brasil frente ao comércio internacional. Ademais, vale lembrar que não apenas as *commodities* foram beneficiadas por alterações positivas na demanda e no preço, mas os produtos manufaturados e industrializados apresentaram excelentes resultados, indicando que houve um aumento na importância desse tipo de produto na balança comercial brasileira.

A grande questão que se coloca é se o *drive* exportador em crescimento é favorável aos trabalhadores, principalmente no que tange ao crescimento do nível de emprego e das alterações de seu perfil. É indiscutível que a ampliação das exportações indicou elevações no montante do emprego, porém, o que se defende aqui, é a não existência de associação entre crescimento do emprego e alterações positivas no seu perfil do emprego.

Mostrou-se que há diferenças setoriais e regionais, não apenas quanto à geração do emprego, mas quanto às remunerações dos trabalhadores. Porém, o movimento geral indicou que as empresas exportadoras mostraram-se menos favoráveis no que tange às modificações no perfil do emprego, aos trabalhadores formais.

Todavia, alguns setores exportadores apresentaram, isoladamente, tendências contrárias a esse argumento, como é o caso da produção e da montagem de veículos no Sul, da agricultura como um todo e a preparação e produção de couros no Norte.

Conclui-se que, em média, as empresas exportadoras foram menos favoráveis aos trabalhadores, tanto pelo menor crescimento da renda real, quanto pelo emprego de pessoal de

baixa escolaridade em detrimento dos trabalhadores com maior nível de ensino que, quando foram contratados, encontraram perdas reais salariais.

Outra questão que se coloca diz respeito ao dinamismo do emprego formal entre os diversos tamanhos de estabelecimento. Tentou-se mostrar que a grande empresa foi a responsável pelo maior crescimento no número de empregos, mais de 300 mil postos de trabalho. As grandes empresas exportadoras foram responsáveis por cerca de 95% do total do emprego gerado, entre as empresas de mesmo porte.

Mas, no entanto, deve-se ter em mente que as grandes empresas exportadoras, cujo crescimento em número de empregados foi o maior de todos, mostraram-se as mais desfavoráveis aos trabalhadores, no sentido em que elas apresentaram as maiores quedas reais na renda. O que realmente ocorre é uma dinâmica de crescimento elevado do emprego sem que este seja acompanhado por melhores condições, implicando, assim, em mudanças negativas no perfil do emprego gerado.

Em síntese, esta dinâmica pode ser observada pelo aumento do número de trabalhadores de baixa escolaridade e de baixa remuneração, indicando que o trabalhador formal, principalmente entre as empresas exportadoras, tem presenciado modificações negativas no perfil do seu emprego.

A conclusão que se pode tirar é a perda real dos salários dos trabalhadores inseridos no âmbito da grande empresa exportadora. O que se observa é a confirmação da tendência das contratações de trabalhadores com baixo nível de escolaridade e de baixa renda, o que indica que essas empresas mostram-se mais desfavoráveis ao perfil do emprego, que as não-exportadoras.

As diferenças entre exportadoras e não-exportadoras são evidentes. As primeiras reiteram o emprego de pessoas com baixa qualificação, indicando assim que há uma forte tendência de degradação do emprego formal. Notou-se que o grande crescimento do emprego foi impulsionado pelos trabalhadores de baixa qualificação, o que significa que esse tipo de empresa tende a confirmar a dinâmica denominada de deterioração do mercado formal de trabalho, entre as empresas exportadoras.

Por fim, apesar do crescimento da produção interna, alavancada pelo movimento favorável internacional e pelas exportações para diversos países, em especial a China, o mercado formal de trabalho, entre as empresas exportadoras, não se mostrou muito favorável.

Apenas a promoção e o incentivo às exportações não alteram positivamente a dinâmica do mercado de trabalho formal. Alterações significativas no perfil do emprego não podem ser vistas apenas com o crescimento no número de postos de trabalho.

A idéia que deve ser compreendida é que há a necessidade de incentivos governamentais à negociação coletiva e políticas industriais que tenham como um dos focos a questão do perfil do emprego e que consigam contemplar, principalmente, a dinâmica salarial dos novos empregos, gerados pelas empresas pertencentes ao *drive* exportador. Isto é, a política de incentivo ao setor exportador é condição necessária, porém não se mostra suficiente para promover alterações positivas no perfil do emprego formal.

Bibliografia

AMITRANO, C. R. *O modelo de crescimento da economia brasileira no período recente: condicionantes, características e limites*. Seção VII, Política Econômica em Foco, nº 7, nov. 2005/abr. 2006.

BALTAR, P e LEONE, E. T. *Perspectivas do emprego formal em um cenário de crescimento econômico*. CESIT, Carta Social e do Trabalho, n. 7 – set./dez. 2007

Boletim NEIT. *Evolução do Comércio Exterior Brasileiro no Período 2002-2006*. N. 8, abril de 2007.

DEDECCA, C. S. *Economia, Mercado de Trabalho e Distribuição de Renda, 2002 - 2005*. In: Seminário Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005, 2007. Anais do Seminário Análise da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005. Brasília - DF: CGEE/IPEA/Ministério do Planejamento/ Ministério do Trabalho, 2007. v. 1.

FARHI M. *O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: Mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária*. Seção V, Política Econômica em Foco, nº 7, nov. 2005/abr. 2006.

JUNGLUTH, A. e TROVÃO, C. J. B. M. *Empresas Exportadoras versus Não-Exportadoras: a Geração de Emprego Direto Formal na Região Nordeste*. V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. Recife – PE. 2007.

LAPLANE, M. e SARTI, F. *Prometeu Acorrentado: o Brasil na indústria mundial do século XXI*. Seção IX, Política Econômica em Foco, nº 7, nov. 2005/abr. 2006.

MOREIRA, M. M. ; NAJBERG. S. *O Impacto da Abertura Comercial sobre o Emprego: 1990-1997*. Reestruturação e Emprego – Artigo BNDES

NAJBERG. S. e IKEDA, M. *Modelo de Geração de emprego: Metodologia e Resultados*. Textos para Discussão 72, Rio de Janeiro, outubro 1999.

NAJBERG. S.; MOREIRA, M. M.. *Abertura Comercial: Criando ou Exportando Empregos?* Textos para Discussão 59, Rio de Janeiro, outubro 1997.

NEGRI, D. F.; NEGRI, J. A. D.; COELHO, D.; TURCHI, L. . *Tecnologia, Exportação e Emprego*. Brasília 2006, Cap. 1.

PRATES, D. M. *A inserção externa da economia brasileira no governo Lula* Seção IV, Política Econômica em Foco, nº 7, nov. 2005/abr. 2006.

PUGA, F. P. *Porque crescem as exportações brasileiras*. Visão do desenvolvimento – BNDES, 20 junho de 2006, nº 1.

QUIRÓS, J. *Exportações: está em curso uma mudança qualitativa*. Valor Econômico. 28 de Setembro de 2006.

ZENDRON, P. e CATERMOL, F. *O Boom Exportador Brasileiro e sua Base de Exportadores*. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13, N. 25, P 87-114; Junho de 2006.

www.secex.org.br

www.funcex.com.br

www.bndes.gov.br

www.ipea.gov.br